

As Desigualdades na Escolarização no Brasil

Relatório de Observação nº 4



Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social

2ª Edição



Presidência da República
Vice-Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Relações Institucionais - SRI
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES
Observatório da Equidade

As Desigualdades na Escolarização no Brasil

Relatório de Observação nº 4

2ª Edição

Brasília, março de 2011

Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Esther Bernerguy de Albuquerque

Secretária Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Ângela Cotta Ferreira Gomes

COMITÊ TÉCNICO DO OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

Ana Lúcia Sabóia

Gerente de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Jorge Abrahão de Castro

Diretor de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Clemente Ganz Lúcio

Diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

Esther Bernerguy de Albuquerque

Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES

EQUIPE TÉCNICA DO OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

Ana Lucia Starling - SEDES/PR

Carlos Eduardo Moreno Sampaio – INEP/MEC

João Lopes de Albuquerque Montenegro - Consultor

Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira – INEP/MES

Monique Santos – Consultora

Rosa Maria Nader – SEDES/PR

Sônia Gonzaga - Consultora

REDAÇÃO FINAL

Rosa Maria Nader

Anexo I – Ala “A”, sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393

Brasília – DF – CEP: 70.150-900

cdes@planalto.gov.br – www.cdes.gov.br

Disponível em: CD-ROM

Disponível também em: <<http://www.cdes.gov.br>>

Tiragem: 1000 exemplares

Impresso no Brasil

Catálogo feita pela Biblioteca da Presidência da República

D457 As desigualdades na escolarização no Brasil: Relatório de observação nº 4. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, 2ª Edição, 2011.

60 P.

1. Escolarização no Brasil 2. Desigualdades 3. Monitoramento . I Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

CDD – 370.19981

Índice

Apresentação	7
Composição do CDES (2009/2011)	9
Parecer de Observação nº 4	13
Introdução	15
As Desigualdades na Escolarização no Brasil	21
Educação Básica: qual é o universo observado	22
Atendimento educacional: matrículas	22
Estabelecimentos de ensino	24
Professores	26
Desempenho educacional	26
Os desafios de aumentar e qualificar a escolarização dos brasileiros com qualidade e apropriada à inserção do País na sociedade do conhecimento	29
Média de anos de estudo	29
Acesso à escolarização	30
Acesso à Educação Infantil	32
Acesso ao Ensino Fundamental	33
Acesso ao Ensino Médio	33
Permanência e sucesso na escolarização	34
Educação Profissional	40
Anexos	
Anexo I – Quadro de Indicadores	45
Anexo II – Relação de Instituições participantes da Rede de Observação do Observatório da Equidade	54

Tabelas e Gráficos

Tabela 1 - Matrículas na Educação Básica, por Etapas e Modalidade de Ensino Brasil e Regiões Geográficas - 2009	23
Gráfico 1 - Estudantes da rede pública e particular, no ensino fundamental, médio e superior, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , Brasil - 2009	24

Tabela 2 - Matrículas na Educação Básica, por Etapas e Modalidade de Ensino e por Dependência Administrativa - Brasil e Regiões Geográficas - 2009	24
Tabela 3 - Número de Estabelecimentos de Educação Básica por Dependência Administrativa e Nível/modalidade de Ensino - Brasil - 2009	25
Tabela 4 - Distribuição de escolas públicas sem infraestrutura educacional - % - Brasil 2005/2009	25
Tabela 5 - Número e Escolaridade de Professores da Educação Básica nas Etapas e Modalidades de Ensino, Brasil - 2009	26
Tabela 6 - IDEB - Resultados e Metas - Brasil - 2005, 2007, 2009	27
Tabela 7 - IDEB - Resultados e Metas por Dependência Administrativa - Brasil - 2007 e 2009	27
Tabela 8 - Distribuição do Número de Escolas segundo faixas de IDEB - 4ª série (5º ano) Rede Municipal - Brasil - 2005, 2007, 2009	28
Gráfico 2 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade Brasil/Nordeste/Sudeste - 2005/2009	29
Tabela 9 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, cor e situação do domicílio - Brasil e Grandes Regiões - 1995, 2001 e 2005 a 2009	30
Gráfico 3 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar per capita - Brasil - 2005/2009	31
Gráfico 4 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos de idade que não frequentam escola, por faixas etárias, Brasil - 2005 e 2009	31
Gráfico 5 - Taxa de frequência à creche ou escola das crianças, adolescentes e jovens, de 0 a 24 anos de idade, por grupos de idade, segundo os quintos de rendimento médio mensal familiar per capita - Brasil - 2005 e 2009	32
Gráfico 6 - Taxa de bruta de frequência à escola das crianças de 0 a 3 anos de idade, por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar per capita - Brasil - 2005/2009	32
Gráfico 7 - Taxa de bruta de frequência a escola das crianças de 4 e 5 anos de idade, por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar per capita - Brasil - 2005 e 2009	33
Gráfico 8 - Proporção de estudantes de 15 a 17 anos de idade que frequentam o Ensino Médio, por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar per capita - Brasil - 2005 e 2009	33
Gráfico 9 - Média de anos de estudo das crianças de 10 a 14 anos de idade, por idade - Brasil - 1999/2009	34
Gráfico 10 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos de idade, que frequentam escola e não sabem ler e escrever, por faixa dos que frequentam escola, Brasil - 2005/2009	34
Gráfico 11 - Taxa de Distorção Idade-série do ensino fundamental e médio - Brasil - 2005 a 2009	35
Gráfico 12 - Proporção de jovens de 18 a 24 anos, com ensino médio concluído por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar per capita - Brasil - 2005 e 2009	36
Gráfico 13 - Taxa de Abandono Precoce (proporção de jovens de 18 a 24 anos, com menos de 11 anos de estudo que não frequenta escola), por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar per capita, Brasil - 2005 e 2009	36
Gráfico 14 - Jovens de 18 a 24 anos de idade por condição de atividade - Brasil - 1999/2004/2009	37
Gráfico 15 - Taxas de transição de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental - Brasil - 2001 a 2008	38
Gráfico 16 - Taxas de transição nas 3 séries do ensino médio - Brasil - 2001 a 2008	39
Tabela 10 - Número de Matrículas, de Professores e de Estabelecimentos de Educação Profissional de nível médio, Brasil - 2005 e 2009	40
Gráfico 17 - Proporção da PEA de 18 a 24 anos ou mais que concluiu curso de qualificação profissional, Brasil - 2004 a 2009	41



Apresentação

Em seus quatro anos de funcionamento, o Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social realizou um intenso debate entre Conselheiros, especialistas e organizações participantes da Rede de Observação que contribuiu para que a Educação passasse a ser considerada a prioridade para o próximo período de desenvolvimento do País.

Em suas formulações apresentadas, em 2010, na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, o CDES coloca a chave para a construção de um país mais desenvolvido, mais justo e mais solidário na mobilização da sociedade brasileira visando criar uma cultura de respeito aos direitos e responsabilidades cidadãs nas relações sociais e de formação das pessoas para um mundo do trabalho que fica cada vez mais dependente de conhecimento e marcado pelos requisitos de inovação e empreendedorismo técnico-científico e de flexibilidade para acompanhar a velocidade nas mudanças tecnológicas, informacionais e no padrão civilizatório.

Compete às políticas públicas transversais, como educação, cultura, saúde, entre outras, a tarefa de formar cidadãos com a consciência de suas responsabilidades sociais e com as competências para desenvolver, receber e aplicar novas tecnologias sociais e produtivas. A dimensão educacional é, portanto, central e deve contemplar os diferentes níveis e modalidades educacionais, além de integrar-se às dimensões cultural, social e produtiva das comunidades em que são inseridos os espaços escolares, integrar-se nos diferentes processos sociais incentivadores das pessoas para o aprendizado e a educação continuada, sintonizada com a produção científica e tecnológica.

O acompanhamento dos movimentos na situação educacional nos últimos quatro anos está apresentado nesta quarta edição do Relatório de Observação *As Desigualdades na Escolarização no Brasil*, e pretende refletir as análises formuladas nos debates realizados sobre diferentes temas do desenvolvimento.

A maior convergência nas análises é a de que os indicadores educacionais de maneira geral avançaram, porém o ritmo de melhoria é muito lento tanto nas mudanças nas diretrizes e tecnologias educacionais quanto na criação das condições necessárias para que efetivamente tenhamos educação de qualidade, como valorização e formação dos trabalhadores na educação, infraestrutura, gestão, compatibilização e colaboração entre os sistemas educacionais federal, estadual e municipal.

É consenso a percepção de urgência e prioridade para mudar o quadro educacional do País, se o objetivo é estar inserido na dinâmica civilizatória e econômica do mundo atual. A síntese radical a ser feita é a de que a escola que temos hoje é despreparada para formar pessoas para inserir-se na sociedade do conhecimento, pelo contrário, sua ação multiplica desigualdades na medida em que não é sistêmica, distribui desigualmente oportunidades e qualidade de serviços educacionais, escolariza pessoas com insuficiências em aprendizagens fundamentais, como leitura, escrita e matemática, elimina estudantes precocemente, entre outras características.

Re-inventar a escola será um caminho que depende do envolvimento do conjunto da sociedade. Construir o sentido de urgência e compromisso social é um desafio para consolidar as condições fundamentais para o desenvolvimento do Brasil.

Comitê Técnico do Observatório da Equidade



Composição do CDES (2009/2011)

Presidência da República
Vice-Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Comitê Gestor

Conselheiros – Sociedade Civil

Abilio Diniz - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar
Adilson Primo - Presidente da Siemens do Brasil e 1º Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (ABIDIB)
Alberto Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Amarílio Macêdo - Presidente das Empresas J. Macêdo
Antoninho Trevisan - Presidente das Empresas Trevisan
Antonio Carlos Valente - Presidente Executivo do Grupo Telefônica do Brasil
Antonio Fernandes dos Santos Neto - Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)
Antonio Gil - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM)
Arildo Mota Lopes - Presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL)
Artur Henrique da Silva Santos - Presidente Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Augusto Chagas - Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)
Bruno Ribeiro de Paiva - Diretor Executivo do Instituto Dom Helder Câmara (IDHEC) e Advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)
Candido Mendes - Reitor da Universidade Candido Mendes
Carlos Gilberto Cavalcante Farias - Presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool da Bahia
Carmen Helena Ferreira Foro - Secretária Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Cezar Britto - Advogado, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Cláudio Conz - Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO)
Cledorvino Belini - Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Clélio Campolina Diniz - Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Clemente Ganz Lúcio - Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Daniel Feffer - Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.
Danilo Pereira da Silva - Presidente da Força Sindical de São Paulo
Dom Luiz Demétrio - Presidente da Cáritas Brasileira
Enilson Simões de Moura (Alemão) - Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Fabio Colletti Barbosa - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e do Grupo Santander Brasil
Fernando Dantas Alves Filho - Sócio-Presidente da Price Waterhouse Coopers
Humberto Mota - Presidente da Associação das Empresas Concessionárias dos Aeroportos (ANCAB) e da Dufry South América
Ivo Rosset - Presidente das Empresas Rosset & Cia Ltda e Valisère Ind. & Com Ltda.
Jackson Schneider - Vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Jacy Afonso de Melo - Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
João Batista Inocentini - Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil
João Bosco Borba - Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA)
João Elisio Ferraz de Campos - Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG) e da Federação Nacional das Empresas



de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG)

João Paulo dos Reis Velloso - Presidente do Fórum Nacional - Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)

Jorge Gerdau - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau

Jorge Nazareno Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

José Antônio Moroni - Membro do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e integrante da plataforma de movimentos sociais pela reforma do sistema político

José Carlos Bumlai - Pecuarista e Produtor Rural

José Carlos Cosenzo - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)

José Conrado Azevedo Santos - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA

José Lopez Feijóo - Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

José Vicente - Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e Presidente da Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento (AFROBRAS)

José Zunga - Presidente do Instituto Observatório Social de Telecomunicações (IOST)

Joseph Couri - Presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI)

Laerte Teixeira da Costa - Secretário de Políticas Sociais da Confederação Sindical dos Trabalhadores(as) das Américas e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Lincoln Fernandes - Presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

Lúcia Stumpf - Dirigente da União Brasileira de Mulheres (UBM), representante da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)

Luiz Aubert Neto - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)

Luiz Eduardo Abreu - Diretor Presidente das Empresas do Grupo NSG

Luiza Helena Trajano Rodrigues - Presidente da Rede Magazine Luiza

Manoel Silva da Cunha - Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Marcelo Neri - Economista Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV)

Marcelo Odebrecht - Diretor Presidente da Odebrecht S.A.

Marcelo Giufrida - Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

Márcio Lopes de Freitas - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Marcos Jank - Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)

Maria Elvira Ferreira - Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais

Maurício Botelho - Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER)

Maurílio Biagi Filho - Presidente do Grupo Maubisa e Presidente do Conselho de Administração da Usina Moema

Moacyr Auerswald - Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)

Murillo de Aragão - Presidente da Arko Advice Pesquisas

Nair Goulart - Presidente da Força Sindical da Bahia

Naomar Monteiro de Almeida Filho - Médico, Professor Titular e ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Nelson Côrtes da Silveira - Controlador e administrador da empresa DF Vasconcelos Ltda, especializada em ótica e mecânica de precisão.

Oded Grajew - Conselheiro do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Coordenador do Movimento Nossa São Paulo

Olavo Machado Júnior - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG

Paulo Godoy - Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)

Paulo Simão - Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Paulo Speller - Reitor da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB)

Paulo Tigre - Presidente Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)

Paulo Vellinho - Representante da Empresa Granóleo S.A. - Óleos Vegetais

Renato Conill - Presidente do Grupo Süd Metal

Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Roberto Franklin de Leão - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Robson Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI

Rodrigo Loures - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)

Rogelio Golfarb - Diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação para América do Sul da Ford

Rozani Holler - Cooperativista da Cooperativa de Agentes Ambientais (COOPERAGIR)



Sérgio Haddad - Coordenador Geral da Ação Educativa
Sergio Reze - Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE)
Sérgio Rosa - Presidente da Companhia de Previdência Aberta BrasilPrev
Silvio Meira - Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fundador do Porto Digital de Recife
Sônia Hess de Souza - Presidente da Dudalina S.A.
Tania Bacelar - Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Vicente Mattos - Diretor de Relações Institucionais do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Bahia (SINDUSCON-BA)
Viviane Senna - Presidente do Instituto Ayrton Senna
Walter Torre Júnior - Presidente da WTORRE S.A.

Conselheiros – Governo

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
Ministro de Estado da Fazenda
Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministro de Estado do Meio Ambiente
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil



Parecer de Observação nº 4

As Desigualdades na Escolarização no Brasil

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social apresenta ao Excelentíssimo Presidente da República o quarto parecer sobre a situação de desigualdades na escolarização brasileira, subsidiado pelas informações e análises resultantes do intenso diálogo entre conselheiros e sociedade e formuladas pelo Comitê Técnico do Observatório da Equidade no Relatório de Observação nº 4/2010, que segue anexo a esta recomendação.

Nas análises e debates que o CDES vem realizando sobre as perspectivas futuras para o desenvolvimento e produtividade da economia, um dos mais poderosos obstáculos apontados são as insuficiências das ações para aumentar e dar mais qualidade à formação de pessoas nos espaços escolares, de cultura, e esportes. Considerando que uma das bases para o novo ciclo de desenvolvimento é impulsionar o movimento na área de ciência, tecnologia e inovação, pouco será feito se o processo de educação da população não adquirir a importância política, social e econômica que se mostrou quase inexistente na história do País.

É preciso iniciar uma nova etapa no debate sobre educação, abordando alguns temas relevantes, porém pouco abordados na discussão sobre qualidade de nossas escolas e do trabalho sócio-pedagógico. Apesar do que se avançou nos últimos anos em oferta de vagas, recursos e formação de professores, pouco será alterado se a sociedade não enfrentar a mobilização necessária para construir espaços de transformação sobre o que compete à escola no processo formativo; o que e como ela vai ensinar os conteúdos considerados essenciais para a inserção social das crianças e jovens na sociedade do conhecimento, preparados para receber e produzir inovações sociais e produtivas; como formar e re-formar professores aptos a exercer o magistério nessas novas condições; como integrar escola e comunidade e, em consequência, educação e outras políticas de proteção social.

A questão que deu início aos trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para a formulação, em 2005, de sua Agenda Nacional de Desenvolvimento e, em 2010, da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, foi sobre a sociedade que se pretende construir. A pergunta permanece sempre relevante e o acompanhamento do fazer educacional do País levanta a questão complementar que é sobre a qualidade das pessoas que serão formadas para construir a almejada sociedade dos novos tempos.

Para o CDES, a sociedade almejada será ***“Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos”***.

As recomendações estratégicas que o Conselho lhe apresenta para avançar na Educação baseiam-se no princípio de que a Educação é um direito de todos e deve ser adotada como prioridade estratégica para o desenvolvimento brasileiro.

As ações recomendadas têm o objetivo de promover a qualidade da educação na busca de satisfação das necessidades sociais e econômicas, capacidade de inserção na sociedade do conhecimento, flexibilidade para acompanhar a velocidade nas mudanças tecnológicas, informacionais e no padrão civilizatório. Necessário se faz acelerar a velocidade na implantação das ações de transformação, de promoção da eficiência e da efetividade para alcançar resultados em acesso, conclusão e aprendizagem.

Ações estratégicas para avançar na educação

1. Institucionalizar a Educação como política de Estado e prioridade nacional e fortalecer a diretriz de integralidade do processo educacional e de integração entre educação infantil, básica, profissional e universitária;
2. Garantir prioridade para a Educação na aplicação da receita auferida pelo Fundo Social do Pré-Sal em todos os seus níveis e modalidades, com especial atenção ao ensino técnico e profissionalizante;
3. Regulamentar o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, medida estruturante para avançar na concepção de educação como sistema e na integração da educação a outras políticas;



4. Consolidar o critério de equidade na distribuição de recursos para educação e fortalecer a integração de políticas no território, visando reduzir as desigualdades entre as escolas e transformar a escola em espaço de desenvolvimento da comunidade. São necessários avanços mais significativos na valorização e reconhecimento dos trabalhadores em educação, intensificando a qualificação pedagógica e para gestão educacional e escolar, acelerando as melhorias na infraestrutura educacional, e disseminação de melhores práticas;
5. Priorizar, fortalecer e monitorar a efetividade das ações para reduzir o analfabetismo absoluto e funcional, a maior das iniquidades que marca o nosso País.
6. Impulsionar as condições necessárias para a implementação da rede pública de creches, com inovações no atendimento educacional e na gestão.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

36ª Reunião Ordinária do Pleno

Brasília, 02 de dezembro de 2010



Introdução

Para o CDES, as mudanças nos resultados educacionais dependem de esforços compartilhados de atores nas três esferas de governo e em toda a sociedade, valorizando as diferentes dimensões da vida como espaços de criação e de articulação de conhecimentos e abrindo novos horizontes para a educação.

Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, CDES, 2010

A educação das pessoas para a vida e para o trabalho é considerada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social como o principal fator que marca a diferença entre crescimento e desenvolvimento de um país. Enquanto o crescimento econômico resulta da forma como a produção de bens e serviços por meio do trabalho se relaciona com o acúmulo de riquezas, o desenvolvimento inclui e extrapola a produção de riquezas. O desenvolvimento de um país abrange um conjunto integrado de dimensões que resultam da intenção política materializada na distribuição da riqueza e da renda, de maneira que a apropriação privada passa a ser relativizada pelo interesse público e mediada pelo Estado. O desenvolvimento com crescimento resulta do acesso equitativo dos segmentos populacionais aos direitos e à distribuição da riqueza e da renda, de políticas fortemente voltadas para a formação de pessoas para o exercício da cidadania e o respeito e exploração sustentável da natureza e do trabalho humano.

Na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, elaborada pelo CDES e entregue ao Presidente da República em junho de 2010, a ampliação do investimento em educação em todos os níveis é priorizada como elemento essencial para sustentar o desenvolvimento que o País vem apresentando nos últimos anos. Além do papel estratégico no crescimento econômico, a educação também afeta decisivamente em outros indicadores de desenvolvimento, como a produção científica e tecnológica e inovação, a mobilidade social, saúde, mortalidade materna e infantil, entre outros.

As condições necessárias para um ciclo longo de crescimento econômico estão presentes, porém uma das maiores restrições ao desenvolvimento no longo prazo é a formação dos brasileiros para atender à demanda de um contingente maior e mais diversificado de trabalhadores qualificados para atuar na produção de bens e serviços e no desenvolvimento científico e tecnológico e inovação. A escolarização tornou-se ao longo do tempo o veículo principal que a sociedade adotou para educar pessoas para a vida e o mundo do trabalho. Considerada uma ação sistêmica e integrada a outras políticas, a educação é fundamental para garantir o avanço do País para a sociedade do conhecimento e para a inovação e sustentabilidade da estrutura produtiva, além de fator essencial para a redução das desigualdades. A situação da escolarização, analisada neste 4º Relatório de Observação, evidencia que a escola atual, com suas metodologias pedagógicas, gestão, corpo docente, currículos pouco flexíveis, e resultados insatisfatórios, não tem condições de atender à demanda do desenvolvimento sem uma ruptura em diferentes dimensões.

No Brasil, o secular descaso com a educação enquanto direito de todos começou a sofrer mudanças a partir da Constituição Federal de 1988, com a vinculação de recursos e a transformação da educação em direito subjetivo do educando, portanto, uma obrigação do Estado e das famílias. Até então, a educação do trabalhador esteve relegada, acompanhando o histórico movimento concentrador tanto da riqueza quanto do conhecimento nos segmentos sociais mais favorecidos. O resultado deste longo processo de exclusão da maioria da população aos serviços públicos que atendem aos direitos fundamentais foi uma extrema desigualdade, com marcantes iniquidades sociais e regionais.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, a pressão social impulsionou a estruturação de políticas públicas com o objetivo de ampliar o acesso da população aos atendimentos públicos a que tem direito. O objetivo constitucional de universalizar o acesso de crianças e jovens à escola vem alterando, de forma peculiar, o caráter elitista e excludente que orientou as políticas educacionais até meados do século XX, seja na oferta, seja no conteúdo pedagógico.

Até o ano 2000, a prioridade da política educacional foi aumentar a oferta de vagas no ensino fundamental e médio, em detrimento da educação infantil, profissional e superior, e com pouca preocupação com a qualidade do ensino público. Esta foi a peculiaridade da ampliação da oferta de escolarização, cujo processo resultou na instituição da rede pública e do trabalhador como uma escola de segunda classe, com uma multiplicidade de sistemas de ensino – redes municipais, estaduais e federal, cada qual sob a responsabilidade de um ente federado, com pouca integração entre eles, já que o regime de colaboração previsto na Constituição Federal ainda não está



regulamentado. A depreciação da qualidade de ensino decorrente, dentre outros fatores, da rápida ampliação da oferta de vagas, trouxe como consequência o fortalecimento do modelo educacional privado, destino de estudantes economicamente mais favorecidos.

A escola pública – a “escola pobre para os pobres” – que atende a maioria da população de baixa renda, apresenta, desde então, pouca qualidade no ensino e fraco desempenho, produzindo um contingente de estudantes iletrados e desinformados. Essa escola tem mostrado, com os casos de violência contra professores e estudantes e com a depredação e vandalismo da qual é vítima, que necessita ser re-inventada e re-qualificada em sua função na sociedade, transformando objetivos, metodologias e conteúdos educacionais para se tornar mais atrativa e gratificante para os estudantes e professores, e mais eficaz na formação de cidadãos.

Ao mesmo tempo, os profissionais da educação foram imersos em um processo de desvalorização de sua função social e desqualificação de seu trabalho, demonstrado pelos baixos salários oferecidos pelo poder público e pela iniciativa privada, pela baixa qualidade e desempenho dos cursos de licenciatura e de formação continuada, além de perda de status e prestígio na comunidade. A desvalorização da carreira do magistério construída na sociedade nas últimas décadas do século XX também é demonstrada por resultados de pesquisas que indicam o pouco interesse dos jovens em perseguir a carreira docente.

A partir de meados dos anos 2000, a busca de estratégias para garantir um ensino público gratuito de qualidade e em condições de preparar o estudante para participar ativamente na sociedade foi incorporada ao desafio de universalizar o acesso ao ensino público no País. A busca qualitativa da universalização, desde a creche à preparação para a entrada na universidade, tem sido o pano de fundo do debate social e das decisões de política educacional. A qualidade da educação tem a ver com investimento e esforço público para equalizar as oportunidades educacionais de acesso e permanência bem sucedida, o que é passível de avaliação por meio de indicadores de resultados do processo – criança na escola (frequência ou atendimento), progresso escolar (anos de estudo) e aprendizagem ou proficiência.

Importantes mecanismos de políticas públicas foram implantados nos últimos anos para equacionar as questões relacionadas a financiamento e à qualidade da educação. A aprovação pelo Congresso Nacional do FUNDEB¹ e da Emenda Constitucional nº 59, que exclui os recursos educacionais dos efeitos da DRU de forma parcelada trouxe substancial acréscimo de recursos e ampliação da abrangência para sua aplicação. O FUNDEB destina os recursos para a educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos, além do ensino fundamental, anteriormente o único atendido pelo FUNDEF². Garante, ainda, recursos para a valorização salarial dos professores, cujo piso nacional foi aprovado pelo Congresso Nacional e vigora desde 2008. A Emenda Constitucional nº 59, além de aumentar os recursos disponíveis, expandiu a obrigatoriedade do ensino para a faixa etária de quatro a dezessete anos.

Entre 2005 e 2010, período de acompanhamento dos indicadores de escolarização pelo Observatório da Equidade, o orçamento do Ministério da Educação dobrou em termos reais, atingindo um patamar de R\$ 60 bilhões, passando de uma proporção de 3,9% do PIB para 4,7% em 2008, chegando a 5% em 2009. Outra mudança significativa na política de investimento em educação durante este período está relacionada ao direcionamento dos recursos, com prioridade para a educação básica. O diferencial de comprometimento de recursos *per capita* entre o nível básico e o superior, que era 11,1 vezes maior há dez anos, passou a ser de 5,2%. Entre 2008 e 2009, o custo-aluno na educação básica subiu 7,4%, enquanto na educação superior o acréscimo foi de 0,3% (MEC/INEP, 2010). Apesar do avanço, especialistas e educadores consideram o montante de investimento insuficiente, além de inferior ao recomendado pela UNESCO e reivindicado pelos movimentos sociais, sindicais, estudantis e acadêmicos e expresso na Conferência Nacional de Educação 2010 e na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, do CDES.

Ao lado dessas decisões, o Plano de Desenvolvimento da Educação, em vigor desde 2007, permitiu atacar muitos gargalos da educação brasileira, investindo em todos os níveis e modalidades de ensino e melhorando, ainda que pouco e muito lentamente, os indicadores de oferta pública de educação, da pré-escola à educação profissional e superior, e os indicadores de escolarização da população brasileira.

A consolidação dos mecanismos de avaliação das escolas por meio das taxas de aprovação/repetência/evasão e de avaliação de proficiência dos estudantes adotando exames nacionais³ confirmam o esforço para melhorar

1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006.

2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, criado pela emenda constitucional nº 14/1996

3. A Prova Brasil, criada em 2005, avalia proficiência em Língua Portuguesa e Matemática de todas as turmas da 4ª (5º ano) e 8ª (9º) séries do ensino fundamental com mais de 20 alunos das escolas públicas, urbanas e rurais. O Saeb foi criado em 1990 e se mantém até hoje como prova por amostragem de alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, avaliando habilidades em Língua Portuguesa e Matemática. As médias de desempenho nessas avaliações, aplicadas a cada dois anos, subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.



a qualidade do ensino no País. Importante reforço no processo de mudança de perspectiva da importância da educação veio com a adesão de estados e municípios à fixação de metas de qualidade e à divulgação dos resultados por escola.

O desafio da qualidade traz embutida a necessidade de implantar estratégias de valorização social dos profissionais da educação, de qualidade na formação de professores e de inovação tecno-pedagógica nas práticas de ensino. A revalorização e re-qualificação do trabalho educacional pelo imaginário social demandam ações de melhoria salarial e de condições de trabalho e ações de comunicação social nas mais diversas mídias. Por outro lado, a qualidade do trabalho desempenhado pelos profissionais da educação demanda o fortalecimento e atualização da educação superior e continuada para formar e atualizar profissionais criativos e comprometidos com a responsabilidade de agente público que contribui para a formação de cidadãos e dinamização da comunidade escolar

A sociedade brasileira avançou, nos últimos anos, no entendimento de que educação e cultura são responsabilidades 'públicas' e de que as políticas neste setor devem ser transparentes, democráticas e pensadas e executadas no longo prazo, pois resultados positivos são revelados lentamente e em ondas. O fato de ser responsabilidade pública implica em que Estado e sociedade – o que inclui educadores, pais, estudantes e comunidade – são atores fundamentais no processo de transformação da prática social da educação e formação de cidadãos.

O esforço que o Brasil vem fazendo em agendar a educação como prioridade deve ganhar força com o debate a ser promovido sobre o Plano Nacional de Educação 2011-2020. O esperado é que ele seja orientado para acelerar o ritmo de melhoria da escolaridade da população e para a formação de cidadãos dotados das competências sociais e profissionais necessárias para contribuir com o desenvolvimento, para que o País não perca as inúmeras janelas de oportunidades geradas por este novo ciclo econômico.



As Desigualdades na Escolarização no Brasil

O combate às desigualdades é objetivo central da estratégia de desenvolvimento construída pelo CDES, sendo este um dos mais sólidos consensos que fundamentam suas análises da situação de diferentes dimensões da realidade do País. Suas recomendações para que a equidade seja o princípio a reger todas as políticas públicas e as ações dos atores sociais são uma constante.

Na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, o CDES considera que os avanços dependem da educação, da transição para a economia do conhecimento e da sustentabilidade, da força da indústria, do comércio e do vasto potencial da agricultura, impulsionados pela infraestrutura adequada, pela inclusão produtiva e pelas políticas sociais. Para tal, o Estado precisa estar voltado para atender as demandas da sociedade por meio do desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural.

A educação é estruturante do desenvolvimento, pela capacidade de articular políticas públicas pró-equidade, como saúde, cultura, esportes, de potencializar condições de acesso aos direitos, promovendo a cidadania e o desenvolvimento produtivo, de viabilizar a construção cultural para um novo padrão de consumo e convivência na sociedade, e de liberar os potenciais de criatividade e inovação para a produção sustentável de bens e serviços. Além disso, a urgência em inserir-se no processo global de transformação da sociedade pela economia do conhecimento torna imprescindível aproximar os conceitos de educação e da sociedade do conhecimento. Ao aproximá-los, evidencia-se o grande esforço a ser realizado no Brasil, tanto nos conceitos e objetivos pedagógicos quanto na tecnologia educacional e de comunicações.

Em 2005, o CDES apresentou ao Observatório da Equidade a demanda para acompanhar o efeito das políticas educacionais sobre o importante obstáculo ao desenvolvimento: “o nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual”. Apesar dos avanços recentes no panorama da educação brasileira, em seus diversos níveis e modalidades, o grande problema apresentado pelo CDES permanece central. A observação e o debate com a Rede de Observação ao longo dos últimos anos evidenciaram a pouca qualidade da educação, outro aspecto essencial ao macro-problema.

O debate acompanhando os movimentos nos indicadores educacionais iluminou os efeitos perversos das políticas educacionais que optaram pela universalização do acesso à escola sem qualidade. A população historicamente excluída do mundo letrado passou a frequentar ambientes escolares empobrecidos em infraestrutura, currículos e em quadro de trabalhadores da educação, pouco preparados para formar estudantes oriundos deste segmento da população, além de fechada à comunidade.

O acesso à escola com estas características não tem resultado no desejável resgate do “estoque” produzido pela dívida histórica acumulada pela tradição elitista do País. Apesar dos esforços recentes para direcionar as políticas educacionais para reduzir esta dívida com a educação da população, eles têm sido absolutamente insuficientes para tal. Ainda persistem dados alarmantes sobre analfabetismo, tanto o que há em “estoque”, como a população mais idosa, como na produção de analfabetos funcionais entre estudantes que frequentam salas de aula. Alarmante também é a persistência da distorção idade-série, o que significa 2 ou mais anos de atraso na escolarização em relação à faixa etária adequada. Este fenômeno, produzido pelo ingresso tardio, repetências, evasões e reingressos, significa esforço sobressalente para o sistema educacional e sinal de ineficiência, fator de desmotivação e inadequação do estudante, além de atraso para sua vida e prejuízo para inserção no mundo do trabalho.

Apesar da inclusão da educação infantil na legislação, na política educacional e na distribuição de recursos do FUNDEB, e do esforço de municípios para ampliar o atendimento, ainda é excessivo o contingente de crianças entre 0 e 5 anos de idade sem acesso à creche e pré-escola. Um aspecto importante a ser destacado é a mudança de paradigma no atendimento às crianças nesta faixa etária, em que o cuidado executado por auxiliar ou pajem precisa ser transformado em trabalho educativo realizado por professores formados, o que exige esforço tanto na ampliação de vagas quanto na formação de professores para a Educação Infantil. A escolarização infantil é fundamental para desenvolver nas crianças as bases cognitivas para as futuras aprendizagens.

As razões para o problema da baixa escolaridade e da pouca qualidade na formação dos estudantes podem ser localizadas em aspectos relacionados a financiamento, distribuição de recursos, gestão educacional e escolar, professores, matrículas, desempenho estudantil e das escolas. Indicadores acompanhados pelo Observatório da Equidade para observar os movimentos no acesso, permanência e qualidade apresentam uma evolução linear



entre 2005 e 2009, com ligeira tendência para melhora, permitindo uma análise geral de que há avanços, porém são muito lentos, com pouca escala. Os recursos destinados à educação, mesmo com os recentes incrementos, são absolutamente insuficientes em todos os requisitos necessários à educação de qualidade - infraestrutura, financiamento, gestão em regime de colaboração entre os entes federados, gestão escolar, pessoal com qualificação para o trabalho pedagógico.

O desafio de promover de forma intensificada, equânime e mais acelerada o aumento do nível de escolaridade da população brasileira e da qualidade da educação traz importantes implicações e exigem mudanças substanciais. Uma das principais envolve o aumento significativo do investimento público e controle social sobre a aplicação obrigatória dos recursos, o que significa uma opção política do conjunto da sociedade. O investimento atual em educação é bem inferior ao de outros países com menor população e sem a dívida social histórica que tem o Brasil.

Outra, não menos importante, requer a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados na divisão das responsabilidades estatais na educação, prevista na Constituição Federal de 1988, ainda pendente de aprovação no Congresso Nacional. Sendo isto viabilizado, será possível avançar na construção de um sistema educacional nacional. A falta desta regulamentação significa dificuldades de gerenciamento, de definição de diretrizes e responsabilidades pela co-existência de uma pluralidade de sistemas educacionais, muitas vezes, sobrepondo recursos e ações.

No nível da gestão pública da educação nos municípios, estados e na União, a complexidade do desafio envolve a avaliação e o direcionamento da atenção gerencial para as redes e escolas que mais necessitam de apoio técnico e financeiro, e na identificação dos principais eixos de ação pró-equidade. O objetivo é garantir o direito de acesso, permanência e sucesso de todos em um sistema educacional de qualidade, eliminando o analfabetismo e formando cidadãos letrados e informados, inseridos em uma cultura de formação continuada e flexibilidade para acompanhar as mudanças tecnológicas e contribuir com a produtividade da economia.

É igualmente importante promover mudanças não apenas nos indicadores educacionais, baseados em estatísticas que nem sempre retratam a complexidade das situações, mas, principalmente, no ideário social a respeito do valor do trabalho educacional e do que é esperado na formação das novas gerações. Neste sentido, é fundamental a formação da consciência cidadã de que a educação de um povo é responsabilidade de todos e a todos deve atingir. Para tanto, o fortalecimento da relação entre escola e comunidade é um caminho repleto de possibilidades para as transformações imprescindíveis que o quadro atual da escolarização aponta.

A análise das questões relacionadas à educação básica apresentada neste relatório está pautada nos desafios considerados estratégicos pelo CDES para o desenvolvimento e, apresenta a evolução de alguns indicadores para as etapas e modalidades de ensino. O quadro de indicadores representativos dos problemas acompanhados pelo Observatório da Equidade acompanha a análise.

Educação Básica: qual é o universo observado

O desenho de uma cartografia e dimensionamento do trabalho envolvido na Educação Básica é o ponto de partida da análise das desigualdades na escolarização e indicação de alguns desafios para promover mudanças na formação das pessoas com a rapidez e foco exigidos pelo crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico previsto para os próximos anos.

As etapas e modalidades de ensino da Educação Básica são: Educação Infantil (creche e pré-escola); Ensino Fundamental (9 séries); Ensino Médio, que compreende também o Normal/Magistério e integrado à Educação Profissional (3 séries); Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos (EJA - etapas fundamental e médio), e Educação Profissional. Embora reconhecendo que o quadro aqui desenhado não contemple toda a complexidade deste universo, ele é composto pelas seguintes variáveis: matrículas, número de estabelecimentos e matrículas por dependência administrativa; proporção da população que frequenta estabelecimentos por nível de escolaridade e rede de ensino (pública ou privada), número e escolaridade de professores nas etapas e modalidades de ensino; avaliação de qualidade do ensino por resultado no IDEB.

Atendimento educacional: matrículas

O atendimento público e privado nas etapas e modalidades de ensino na Educação Básica em 2009 no Brasil ultrapassou 50 milhões de matrículas, ao custo-aluno estimado em R\$ 2.948,00, superior ao de 2008 em 7,4% (MEC, 2010). A análise comparativa da estimativa do investimento público direto em educação por estudante nos



últimos anos indica que a desigualdade da aplicação de recursos entre estados e regiões, embora tenha sofrido uma ligeira redução, ainda permanece, com diferenças de até três vezes entre o maior e o menor valor na educação infantil e no ensino fundamental e médio. Da mesma forma que em anos anteriores, os menores valores foram aplicados em estados do Norte e Nordeste.

O ensino fundamental regular concentra 60% das matrículas, e desde 2006 vem recebendo de forma crescente o maior investimento direto por estudante, calculado em cerca de R\$ R\$ 3.200,00 em 2009, na média das duas etapas.

Chama a atenção a pouca quantidade de matrículas no ensino médio em relação ao ensino fundamental. A baixa taxa de frequência da população ao ensino médio, para além dos importantes fatores sociais que a determinam, pode ser também atribuída ao pouco e menos priorizado investimento público direto neste segmento, tanto em termos financeiros quanto tecno-pedagógicos. Em termos de investimento público direto, o custo-aluno no ensino médio é cerca de 30% menor do que no ensino fundamental, mantendo relativamente constante esta diferença ao longo dos cinco últimos anos. Quanto ao investimento político e tecno-pedagógico no ensino, tem sido quase unânime a análise de que este nível de ensino precisa de urgente redefinição de seu papel na formação da juventude, de transformações em sua relação com a sociedade e suas demandas, de atualização de conteúdos, metodologias e linguagens, além de atrair os adolescentes e facilitar o acesso. Ele precisa reconhecer e aprender como lidar com os jovens que já estão vivenciando no cotidiano alguns elementos da sociedade do conhecimento e suas novas formas de aprendizagem e compreensão do mundo.

Tabela 1 - Matrículas na Educação Básica, por Etapas e Modalidade de Ensino
Brasil e Regiões Geográficas - 2009

	Total	Etapas e Modalidade de Ensino					
		Ed. Inf antil	Ensino Fundamental (2)	Ensino Médio (3)	Ed. Especial	Ed. de Jovens e Adultos (4)	Ed. Profissional
	100%	12,9%	60,3%	15,9%	0,5%	8,9%	1,6%
Brasil	52.580.452	6.762.631	31.705.528	8.337.160	252.687	4.661.332	861.114
Norte	5.177.584	563.724	3.293.438	723.760	15.645	539.382	41.635
Nordeste	16.339.661	2.098.467	9.906.257	2.512.783	41.394	1.692.022	88.738
Sudeste	20.617.965	2.855.279	12.077.297	3.356.293	127.257	1.684.063	517.776
Sul	6.761.224	827.712	4.140.880	1.134.602	50.047	436.667	171.316
Centro-Oeste	3.684.018	417.449	2.287.656	609.722	18.344	309.198	41.649

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2) Inclui matrículas no ensino fundamental de 8 e 9 anos.

3) Inclui matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado à Educação Profissional.

4) Inclui matrículas de EJA de níveis fundamental e médio, presencial, semipresencial e EJA integrado à educação profissional de nível médio.

Os municípios, responsáveis pelos anos iniciais da Educação Básica, concentram a maior parte do atendimento escolar tanto na quantidade de alunos quanto de estabelecimentos públicos. Atendendo principalmente as crianças da pré-escola e do ensino fundamental, é também responsável pelo maior número de matrículas em cursos para jovens e adultos.

A rede estadual de ensino, responsável prioritariamente pelo ensino médio, atende também 18% das matrículas de ensino fundamental e cerca de 30% na EJA, sendo comum haver superposição de oferta de vagas em uma mesma localidade.

A rede privada, equivalente em quantidade de escolas à rede estadual, concentra sua atividade na educação infantil e ensino fundamental. Apesar de haver recebido um impulso nos últimos anos pela migração de estudantes das escolas públicas em busca de uma pretensamente melhor qualidade de ensino, atende apenas 12% das matrículas nos níveis fundamental e médio.

Aspecto importante de ser destacado, apesar de frequentemente repetido, é a inversão no atendimento da rede pública e privada quando se verifica o número de matrículas no ensino superior. Apesar de não ser foco de análise neste relatório, a rede privada concentra 78% das matrículas no ensino superior (IBGE/PNAD 2009), apesar do significativo aumento ocorrido nos últimos anos no número de vagas e de instituições públicas de nível universitário e tecnológico.



Tabela 2 - Matrículas na Educação Básica, por Etapas e Modalidade de Ensino e por Dependência Administrativa - Brasil e Regiões Geográficas - 2009

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Brasil	52.580.452	217.738	20.737.663	24.315.309	7.309.742
Educação Infantil	6.762.631	2.454	76.971	4.909.091	1.774.115
Ensino Fundamental	31.705.528	25.005	10.572.496	17.329.638	3.778.389
Ensino Médio	8.337.160	90.353	7.163.020	110.780	973.007
Educação Profissional	861.114	86.634	271.128	25.695	477.657
Ed de Jovens e Adultos	4.661.332	12.488	2.619.356	1.886.470	143.018

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

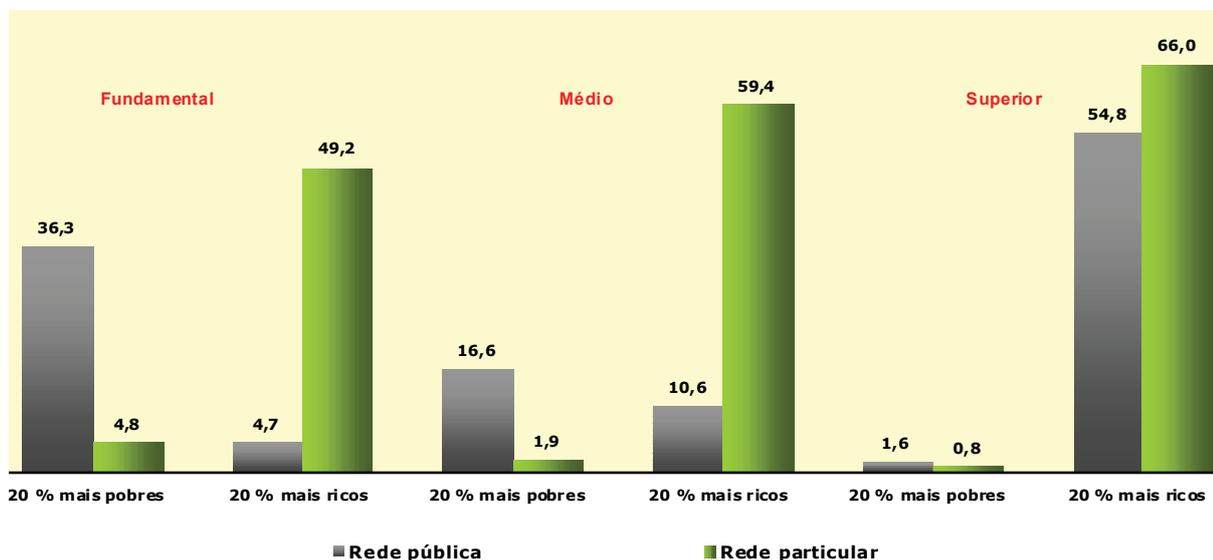
2) Inclui matrículas no ensino fundamental de 8 e 9 anos.

3) Inclui matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado à Educação Profissional.

4) Inclui matrículas de EJA de níveis fundamental e médio, presencial, semipresencial e EJA integrado à educação profissional de nível médio.

As maiores desigualdades na escolarização em todas as variáveis observadas nos últimos cinco anos foram nos efeitos da renda e do local de moradia (rural e urbano) dos estudantes. O gráfico abaixo retrata a distribuição dos estudantes da rede pública e privada entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, para os níveis fundamental, médio e superior. Enquanto os mais ricos são a metade dos estudantes da rede privada na educação básica, ocupam 55% das vagas nas instituições públicas de ensino superior. Os mais pobres, que frequentam mais a rede pública, não chegam a 40% dos que frequentam o fundamental, nem a 10% no ensino médio. Pode-se dizer que para estes o nível superior é praticamente inacessível, pois a frequência não chega a 2%.

Gráfico 1 - Estudantes da rede pública e particular, no ensino fundamental, médio e superior, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, Brasil - 2009



Fonte: IBGE, PNAD

Estabelecimentos de ensino

Considerando que as escolas, além de salas de aula tradicional, precisam ser dotadas de uma infraestrutura educacional para favorecer as condições de aprendizagem dos estudantes, o Observatório da Equidade acompanha a evolução da implantação de bibliotecas, laboratórios de informática e ciências, quadra de esportes, aparelhos eletrônicos de som e imagem, e acesso à internet. As tabelas abaixo apresentam o número de estabelecimentos por dependência administrativa e o percentual de escolas de ensino fundamental e médio que ainda precisam receber investimento para implantar tais condições.

**Tabela 3** - Número de Estabelecimentos de Educação Básica por Dependência Administrativa e Nível/modalidade de Ensino – Brasil – 2009

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Brasil	197.468	300	32.437	129.046	35.685
Educação Infantil	114.158	21	1.475	84.863	27.799
Ensino Fundamental	152.251	44	27.416	104.494	20.297
Ensino Médio	25.923	217	17.730	561	7.415
Educação Profissional	3.535	210	846	117	2.362
Ed. Jovens e Adultos	40.853	142	11.859	27.784	1.068

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1) O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.

2) Estabelecimentos em atividade.

Ainda que fosse desejável que se fizesse mais em cinco anos, os indicadores apontam os resultados do investimento feito na melhoria da infraestrutura educacional e de acessibilidade. Bibliotecas, laboratórios de informática, acesso a internet, e equipamentos de som e imagem foram implantados nas escolas, apesar de ainda haver muitas escolas sem estes recursos - cerca de 30% ainda sem os três primeiros, ou algo em torno de 45.675 escolas de ensino fundamental.

Pior situação está a implantação de laboratórios de ciências - que nem existe no ensino fundamental - e de quadra de esportes, em que pouquíssimo foi feito para aparelhar as escolas. Laboratório de ciências e a prática laboratorial é condição essencial para a aprendizagem e desenvolvimento do pensamento científico e competências investigativas, importantes para o futuro profissional dos estudantes. Mas foi implantado em apenas 4% das escolas de ensino médio nos últimos quatro anos. Perto da metade delas ainda não ensinam ciências com prática. Fica difícil entender os fenômenos apenas com “giz e saliva”, ou, atualizando a ferramenta, com o “copia e cola” cada vez mais utilizado nas escolas por professores e alunos.

O mesmo pode-se dizer da construção de quadras de esportes, espaço destinado para o desenvolvimento físico dos estudantes, prática e formação de atletas, atividades de socialização e de relacionamento com a comunidade. Receberam quadras de esportes apenas 4% das escolas de ensino fundamental e menos de 2% das de ensino médio. Perde-se em possibilidade de transversalizar ações educativas, culturais e esportivas.

As escolas do campo são as que estão em piores condições de infraestrutura para receber estudantes - pelo Censo Escolar de 2009, quase 20% não possuem energia elétrica. Está na faixa de 90% a quantidade de escolas sem biblioteca e laboratório de informática. Menos de 1% dos estabelecimentos de ensino no campo estão equipados com laboratórios de ciências.

Item importante na infraestrutura escolar são as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência. O indicador aponta que em 2005 eram apenas 5,2% das escolas com dependências e vias adequadas para este segmento da população. Em 2009 elas ainda são muito poucas: 11,2%! O descaso com a população com deficiência, usuária do ensino regular, enfraquece a desejável inclusão sem discriminação e preconceito e ainda provoca muitas dificuldades nesta direção. Mesmo o Distrito Federal, que vem fazendo um esforço maior, implantou condições de acessibilidade em cerca de 60% das escolas. Por outro lado, o Pará ainda não cumpre a legislação de acessibilidade em mais de 95% de seus estabelecimentos de ensino.

Tabela 4 - Distribuição de escolas públicas sem infraestrutura educacional - % – Brasil 2005/2009

	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2005	2009	2005	2009
Biblioteca	55	28	35,5	9,1
Laboratório de informática	63	36	36,9	7,5
Laboratório de Ciências	-	-	48,2	44
Quadra de esportes	44	40	20,0	18,7
Internet	56	28	30,8	7,6
TV com VCR ou DVD	20	8	6,8	1,8

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Ainda que não tenhamos indicadores da manutenção das instalações escolares, não faltam reportagens mostrando a depreciação, mau funcionamento, depredação e até falta de segurança nas escolas. Isto é um indicativo de que escola precisa transformar seu agir social e pedagógico orientado por um novo paradigma,



tornando-se parceira da comunidade à qual presta seus serviços e buscando novas formas de se relacionar com o processo ensino-aprendizagem que sejam capazes de apoiar e atrair os estudantes para a aquisição e construção do conhecimento.

Professores

Os mais de 2 milhões de professores que atuam na Educação Básica estão concentrados nos ensinos fundamental, médio e educação de jovens e adultos. Submetida a condições de progressiva perda de status social e de desqualificação do trabalho docente, os professores vêm sendo acometidos pelos baixos salários, o que induz à excessiva carga horária e quantidade de turmas, e pela pouca qualidade de grande parte dos cursos de formação, geralmente fornecidos por instituições privadas, submetidas a um regime relativamente frouxo de fiscalização.

Apesar da adoção de um piso salarial para a categoria, há estados e municípios que ainda não cumprem a lei e a desigualdade salarial persiste ao lado da desvalorização social à qual vem sendo submetida, tanto por parte do Estado quanto pela comunidade e até estudantes.

Em relação à formação, entre 2005 e 2009 houve pequeno acréscimo no número de professores da Educação Básica com licenciatura, porém, no ensino fundamental 32% ainda não são licenciados e no Norte e Nordeste, onde eles estão em maior proporção, são 52%. Estes dados representam a necessidade de um esforço para formar, com qualidade, cerca de 650 mil professores.

No ensino médio, a região sudeste e a rede privada aumentaram o número de professores licenciados em 30% e 10% respectivamente, porém, na rede pública e nas regiões norte e nordeste, cresceu em torno de 10% o percentual de professores sem licenciatura. Nas disciplinas onde tem se evidenciado maior carência de professores licenciados nas áreas em que lecionam, foram verificados acréscimos de 23% em Biologia, 40% em Química, 52% em Física, e, 60% em Matemática.

Tabela 5 - Número e Escolaridade de Professores da Educação Básica nas Etapas e Modalidades de Ensino Brasil - 2009

Escolaridade	Nº de Professores	Escolaridade dos professores					
		Ensino		Ensino Médio		Ensino Superior	
		Fundamental	Normal/Magistério	Ensino Médio	Com Licenciatura	Sem Licenciatura	Com e Sem Licenciatura (+ de um curso)
Nº de Professores	2.041.665	13.898	558.328	173.906	1.216.910	64.802	13.821
Educação Infantil	369.698	4.968	152.567	34.435	166.428	6.139	5.161
Ensino Fundamental	890.012	7.443	345.510	94.976	423.847	14.288	3.948
Ensino Médio	461.542	361	17.807	21.896	400.848	18.195	2.435
Educação Profissional	58.898	40	513	6.369	34.317	17.257	402
Ed. Jovens e Adultos	261.515	1.086	41.931	16.230	191.470	8.923	1.875

Fonte: MEC/Inep/Deed

Notas:

- 1 - Professores são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 27/05/2009.
- 2 - Não inclui os professores de turmas de atividade complementar.
- 3 - Professores (ID) são contados uma única vez em cada Unidade da Federação, porém podem ser contados em mais de uma UF.
- 4 - Inclui professores de turmas do ensino fundamental de 8 e 9 anos.
- 5 - Inclui professores de turmas Multi e Correção de Fluxo do ensino fundamental de 8 e 9 anos.
- 6 - Ensino Médio Normal/Magistério: Inclui os professores do Magistério Específico Indígena.
- 7 - Inclui professores de turmas de Ensino Médio, Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/Magistério.
- 8 - Inclui professores de turmas Concomitantes e Subsequentes.

Desempenho educacional

O desempenho das escolas está descrito por meio dos resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB, cujo resultado pretende refletir a qualidade educacional sintetizando informações de desempenho dos estudantes do ensino fundamental e médio em exames padronizados e informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino).

Um sistema de ensino com qualidade na formação escolar da população é aquele em que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à escola, não desperdicem tempo com repetências, não abandonem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendam. Tendo consolidada uma avaliação com tais indicadores, é possível aos gestores educacionais planejar ações para aperfeiçoar o trabalho escolar e direcionar recursos



técnicos e financeiros para o desenvolvimento de redes de ensino e ou escolas em que os alunos apresentam baixo desempenho.

O IDEB é calculado a cada dois anos a partir de 2005, com metas estabelecidas para cada avaliação para escolas e redes de ensino. A meta brasileira estipulada para 2021 é 6,0, média de países desenvolvidos em um índice similar, o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos).

A comparação entre as médias dos resultados obtidos e as metas mostra que, em termos gerais, as escolas as superaram, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, embora neste nível tenham alcançado índices menores e muito próximos da meta.

Apesar de ascendente, o movimento no indicador é muito pequeno entre as três avaliações realizadas. A atual média brasileira do IDEB, considerando as notas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, é de 4,6, indicando que a qualidade do ensino é realmente um desafio a ser enfrentado, principalmente na rede pública. Entre 2005 e 2009, o crescimento no indicador atingiu, no máximo, 1,0 ponto nos anos iniciais do ensino fundamental. No ensino médio, a melhora no desempenho foi pífia, não chegando a 0,5 no período. Os indicadores mostram que o ritmo de melhora na qualidade da escolarização é muito lento e faz-se urgente buscar formas de acelerar.

Quando se analisa a nota obtida na rede pública municipal, estadual e federal em comparação com a rede privada de ensino, o que se verifica é uma significativa diferença em desempenho em todas as etapas, chegando a 2,2 pontos nos anos finais do fundamental e no médio.

Considerando que a indicação de metas de resultados exerce também o papel de indutor de ações, é interessante observar como é pequeno o incremento nas metas entre uma e outra avaliação, a diferença entre as metas para a rede pública e a privada e entre as etapas de ensino. As metas decrescem entre os anos iniciais e os finais do ensino fundamental e entre o fundamental e o médio, do qual se espera sempre menor desempenho. O argumento de que os resultados são lentos e em ondas produzem menor expectativa de melhoria nas escolas que oferecem de 5ª a 8ª séries e o ensino médio, talvez resultando em menor esforço para avançar com maior rapidez no resgate da qualidade de ensino nestas etapas da escolarização.

Os quadros a seguir apresentam alguns resultados das avaliações do IDEB

Tabela 6 - IDEB - Resultados e Metas - Brasil - 2005, 2007, 2009

	Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	Anos Iniciais		Anos Finais		IDEB calculado	Meta
	IDEB calculado	Meta	IDEB calculado	Meta		
2005	3,8	-	3,5	-	3,4	
2007	4,2	3,6	3,8	3,5	3,5	3,4
2009	4,6	4,2	4,0	3,7	3,6	3,5

Fonte: MEC/INEP

Nas duas etapas do ensino fundamental e no ensino médio, a diferença para menos entre as metas de melhoria de desempenho e qualidade estipulados para a rede pública e a rede privada é uma indicação de que o alcance das metas nacionais dependerá mais do desempenho da rede privada, que, de partida, já apresentava resultados iguais e superiores à meta de 6,0, estabelecida para 2021.

Tabela 7 - IDEB - Resultados e Metas por Dependência Administrativa - Brasil - 2007 e 2009

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB Calculado		Metas		IDEB Calculado		Metas		IDEB Calculado		Metas	
	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009
Federal	4,0	4,4	3,6	4,0	3,5	3,7	3,3	3,4	3,2	3,4	3,1	3,2
Estadual	4,3	4,9	4,0	4,3	3,6	3,8	3,3	3,5	3,2	3,4	3,1	3,2
Municipal	4,0	4,4	3,5	3,8	3,4	3,6	3,1	3,3	3,2	-	3,0	3,1
Privada	6,0	6,4	6,0	6,3	5,8	5,9	5,8	6,0	5,6	5,6	5,6	5,7

Fonte: MEC/INEP



Para exemplificar a diversidade de situações relativas a desempenho nas escolas, o quadro abaixo apresenta a classificação de escolas conforme faixas de resultados de IDEB. Enquanto apenas 3% cumpriram ou superaram a meta futura, mostrando desempenho equivalente às escolas de outros países, uma em cada quatro escolas tem desempenho menor que 3,0, e a maioria apresenta desempenho mediano, com notas entre 3,8 e 5,0. Em relação ao alcance das metas particularizadas para 2009, cerca de 25% das escolas da rede municipal não obtiveram sucesso na primeira etapa do ensino fundamental.

Tabela 8 - Distribuição do Número de Escolas segundo faixas de IDEB - 4ª série (5º ano)
 Rede Municipal - Brasil - 2005, 2007, 2009

Ano	Número de escolas					
	Com IDEB calculado	Faixas de IDEB				
		Menor que 3,0	Maior ou igual a 3,0 e menor que 3,8	Maior ou igual a 3,8 e menor que 5,0	Maior ou igual a 5,0 e menor que 6,0	Maior ou igual a 6,0
2005	19.274	25,4%	27,4%	38,6%	8,1%	0,4%
2007	24.823	14,2%	26,9%	42,9%	14,2%	1,8%
2009	31.728	24,0%	24,0%	37,2%	20,5%	3,0%

Fonte: MEC/INEP

Os desafios de aumentar e qualificar a escolarização dos brasileiros com qualidade e apropriada à inserção do País na sociedade do conhecimento

Os problemas geradores de desigualdades na escolarização básica acompanhados pelo Observatório da Equidade estão relacionados a acesso, permanência e sucesso na aquisição das aprendizagens ou proficiências que darão sustentabilidade à inserção cidadã e qualificada das pessoas para contribuir com a geração de riquezas para o País. O desafio de superar tais problemas não está no âmbito apenas das políticas educacionais e dos atores envolvidos neste campo. Serão necessárias ações articuladas entre políticas que abrangem esta e outras dimensões da vida, distribuídas de forma equânime entre os diferentes grupos populacionais, favorecendo os que se encontram em pior situação.

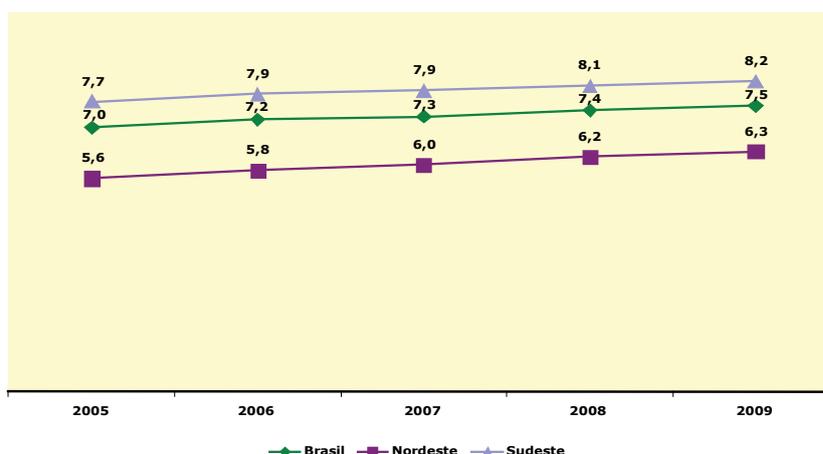
Média de anos de estudo

O cálculo da média de anos de estudo⁴ é o indicador adotado pelo Observatório da Equidade para acompanhar a escolarização. Nesta análise é importante registrar que o acesso à escola das crianças brasileiras de 7 a 14 anos já estava praticamente universalizado uma década atrás. E que a obrigatoriedade de escolarização foi estendida para a faixa etária de 4 a 17 anos, portanto, cobrindo as etapas da Educação Básica, que foram incluídas nos recursos do FUNDEB. Os efeitos destas medidas serão observados ao longo dos próximos anos.

O gráfico abaixo demonstra com clareza a lentidão com que o processo de aumento da escolaridade vem ocorrendo. Entre 2005 e 2009, o acréscimo nos anos de estudo na população de 15 anos ou mais foi de apenas meio ano na média nacional, no melhor dos casos.

A média nacional de anos de estudo, considerando a população de 15 anos ou mais, é de 7,5, variando entre regiões e segmentos sociais. Entre os grupos populacionais, os brancos e os que moram nas cidades da região sudeste alcançaram a maior média no País, entre 8,2 e 8,4 anos de estudo. Os menos escolarizados estão no campo (não chegam a completar a primeira etapa do ensino fundamental) e na região nordeste (6,3 anos de estudo). A tabela abaixo descreve o lento e mal distribuído aumento na escolarização.

Gráfico 2 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade Brasil/Nordeste/Sudeste - 2005/2009



Fonte: IBGE, PNAD

4 Anos de estudo: classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação.
Média de anos de estudo: razão entre o total de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade e o número de pessoas de 15 anos ou mais de estudo.



Tabela 9 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, cor e situação do domicílio – Brasil e Grandes Regiões – 1995, 2001 e 2005 a 2009

		Ano						
		1995	2001	2005	2006	2007	2008	2009
Grandes Regiões								
Brasil	Total	5,5	6,4	7,0	7,2	7,3	7,4	7,5
	Norte	5,5	6,3	6,4	6,6	6,8	7,0	7,1
	Nordeste	4,1	4,9	5,6	5,8	6,0	6,2	6,3
	Sudeste	6,2	7,1	7,7	7,9	7,9	8,1	8,2
	Sul	5,9	6,8	7,4	7,6	7,6	7,8	7,9
	Centro-Oeste	5,7	6,5	7,2	7,4	7,5	7,7	7,9
Sexo								
Brasil	Total	5,5	6,4	7,0	7,2	7,3	7,4	7,5
	Homens	5,4	6,2	6,8	7,0	7,1	7,3	7,4
	Mulheres	5,6	6,5	7,1	7,3	7,4	7,6	7,7
Cor								
Brasil	Total	5,5	6,4	7,0	7,2	7,3	7,4	7,5
	Branca	6,4	7,3	7,8	8,0	8,1	8,3	8,4
	Preta ou parda	4,3	5,2	6,0	6,2	6,3	6,6	6,7
Situação do Domicílio								
Brasil	Total	5,5	6,4	7,0	7,2	7,3	7,4	7,5
	Urbana	6,1	6,9	7,5	7,7	7,8	7,9	8,0
	Rural	2,9	3,4	4,2	4,3	4,5	4,6	4,8

Fonte: IBGE, PNAD 1995, 2001, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009.

* Exclusiva a população rural da região Norte.

** Inclusive a população rural da região Norte.

A ausência de políticas específicas para o campo é umas das principais causas da gritante desigualdade entre a escolaridade média rural e a urbana. O afunilamento da oferta fica evidente na distribuição das matrículas nos diferentes ciclos e etapas da Educação Básica, priorizando o atendimento escolar apenas até o 5º ano do ensino fundamental. Para prosseguir nos estudos, os alunos precisam se deslocar para as cidades, afastando-se da família e do campo ou submetendo-se a condições nem sempre adequadas de transporte escolar. O contingente de estudantes atingido por esta situação chega a quase 7 milhões de pessoas.

No cálculo da média de anos de estudo da população contribuem diferentes aspectos de sucesso e insucesso no processo educacional e é onde é possível identificar onde estão os segmentos sociais atingidos pelas iniquidades na distribuição das oportunidades de acesso e permanência na escola.

Estes indicadores são essenciais para monitorar as políticas educacionais e para subsidiar decisões de planejamento, gerenciamento, avaliação e, sobretudo, sobre a distribuição equitativa dos recursos técnicos e financeiros para dar atendimento com qualidade a este contingente de crianças e jovens em formação, que assumirão a responsabilidade de garantir a sustentabilidade do desenvolvimento no futuro.

Tem sido uma preocupação de especialistas, empresários, trabalhadores e governos o desafio de garantir aos jovens, antes de sua inserção na vida profissional, a escolaridade adequada e a formação das competências e habilidades apropriadas à sociedade e ao trabalho.

Acesso à escolarização

Considerando que a idade obrigatória para frequentar a educação básica está entre 4 e 17 anos, e que a universalização do ensino fundamental está próxima de se realizar, a população ainda sem acesso à escola é significativa.

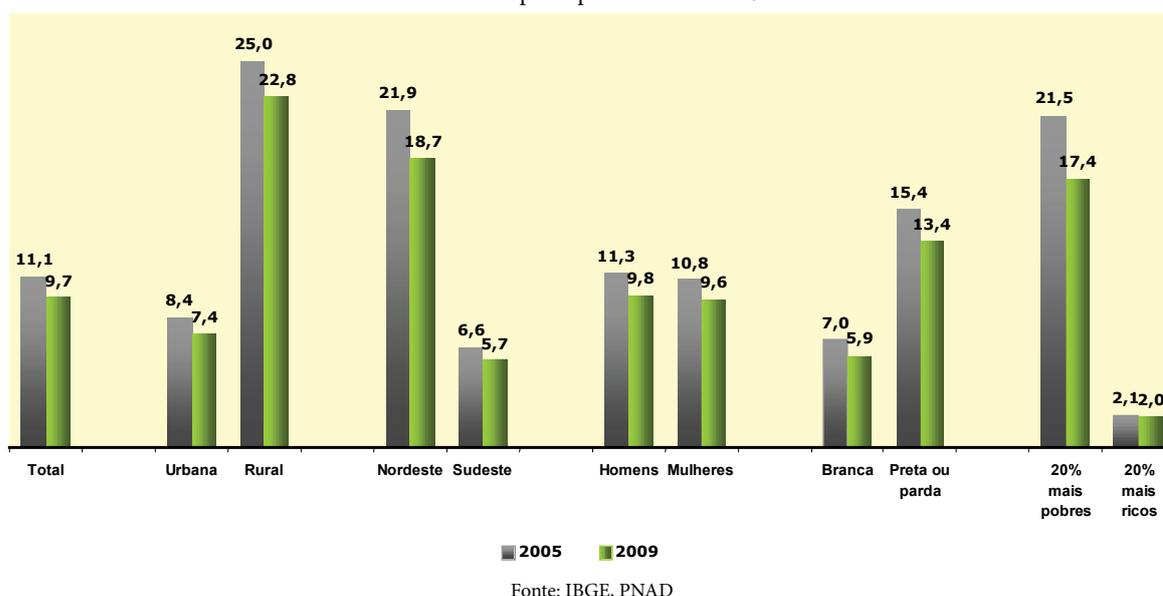
O analfabetismo, consensualmente considerado pelo CDES como a maior das iniquidades e determinante de muitas formas de exclusão, ainda persiste. Os resultados das políticas que incentivam a alfabetização nos diversos grupos sociais atingidos pela falta de oportunidade de aprender as competências mínimas para inserção cidadã e qualificação para o trabalho foram pouco significativos. Eram 15 milhões de pessoas analfabetas em 2005, e 14.105 em 2009, o que representa uma redução de apenas 1,5%. Destes, 35,4% tinham entre 40 e 59 anos, segmento que, na idade apropriada

para a escolarização vivia no período de dificuldades impostas pelo regime militar quando as políticas educacionais eram restritivas. A faixa etária subsequente (60 ou mais) tem o maior peso relativo entre os analfabetos.

Esse contingente de pessoas iletradas é um dos segmentos socialmente excluídos que sofre com a pior das iniquidades. Países da América do Sul com menor grau de desenvolvimento e com dívida histórica com suas populações equivalente à do Brasil já tiveram sucesso na eliminação do analfabetismo. Em nossa realidade, além do “estoque” do analfabetismo, novos contingentes estão se formando nas escolas, aumentando o desafio que significa “fechar a torneira” na produção deste entrave para o desenvolvimento das pessoas e do País.

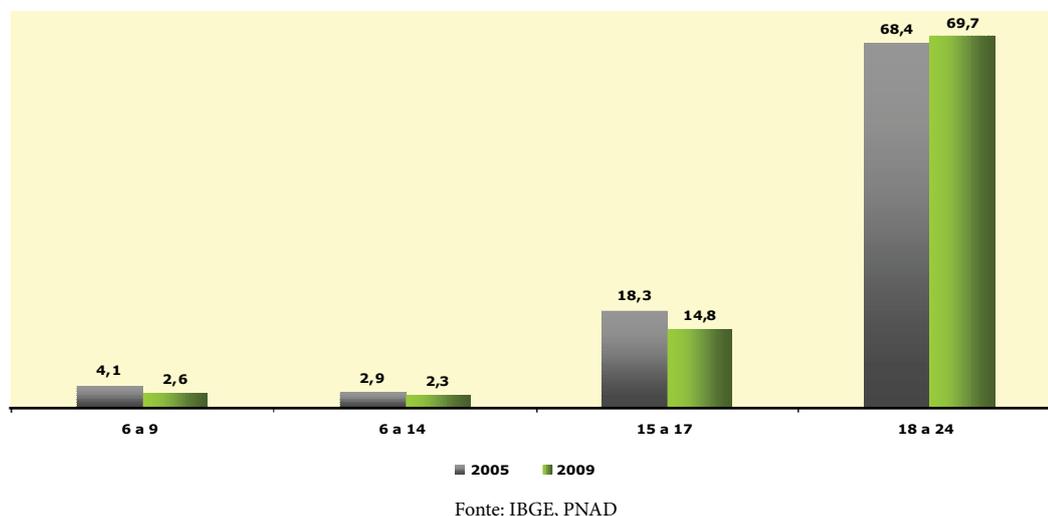
O gráfico seguinte mostra como o analfabetismo incide mais desfavoravelmente nas áreas rurais, no Nordeste, nas pessoas de cor preta e parda e entre os mais pobres, revelando as desigualdades da nossa sociedade já historicamente detectadas.

Gráfico 3 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar per capita – Brasil - 2005/2009



Os desafios associados aos problemas de acesso à escola envolvem diferenciação nas estratégias para aumentar a escolarização para os diversos grupos de idade e nas faixas de renda menores. A proporção de pessoas fora da escola não teve mudanças significativas, e continua preocupando na faixa de 15 a 17 anos e alarmando em relação aos jovens entre 18 e 24 anos: 70% estão fora do processo educacional. O gráfico abaixo mostra, em relação à população de cada faixa etária, a proporção de crianças, adolescentes e jovens que não frequentavam escola em 2005 e 2009.

Gráfico 4 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos de idade que não frequentam escola, por faixas etárias Brasil - 2005 e 2009

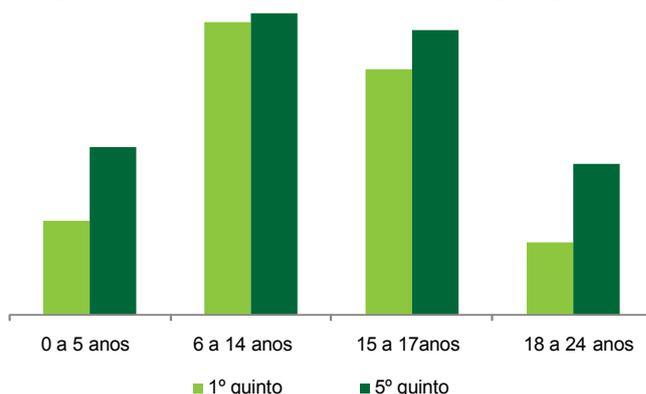




A renda, um dos mais fortes indicadores de desigualdade, pode informar um pouco mais sobre possíveis razões para as altas taxas de adolescentes e jovens fora da escola. Desagregando a taxa de frequência à escola por quintos de rendimento médio familiar *per capita* das pessoas entre 0 e 24 anos de idade, constata-se claramente a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres. Destaque para os percentuais de frequência à escola daqueles entre 18 anos e 24 anos – mesmo entre os mais ricos, não chega a 50% deste grupo. O gráfico a seguir mostra as diferenças para os sub-grupos etários.

Chama também a atenção o contingente entre 0 e 5 anos fora da educação infantil. Quase 70% das mais pobres estão fora, e, entre os mais ricos, a frequência é pouco superior à metade delas.

Gráfico 5 - Taxa de frequência à creche ou escola das crianças, adolescentes e jovens, de 0 a 24 anos de idade, por grupos de idade, segundo os quintos de rendimento médio mensal familiar *per capita* – Brasil - 2005 e 2009



Fonte: IBGE, Nacional por Amostra de Domicílios 2009

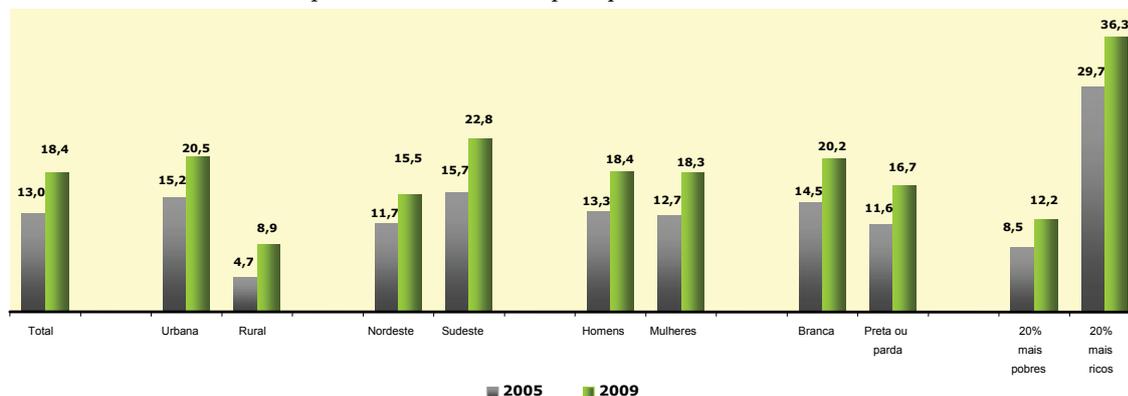
Acesso à Educação Infantil

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/IBGE, 2009, indicam que na Educação Infantil, apesar do expressivo crescimento no acesso, ainda deixa de atender um grande contingente de crianças entre 0 e 5 anos. Com a obrigatoriedade do acesso à educação das pessoas a partir dos 4 anos, o esforço dos municípios para garantir este direito às crianças deverá ser intensificado nos próximos anos e a diretriz da qualidade deve ser prioritária. É bastante conhecida a importância do estímulo cognitivo e social nesta etapa da vida para o desenvolvimento integral e formação da base fundamental para o sucesso educacional.

Os gráficos seguintes apresentam os resultados de 2005 e 2009 nas regiões com maior e menor número e as desigualdades entre os grupos urbanos e rurais, de sexo, cor e quintos de renda familiar *per capita*.

Mesmo com o aumento verificado no período, ainda é muito reduzida a taxa de frequência das crianças de 0 a 3 anos, e as que menos acessam o atendimento nas creches são as do meio rural e as mais pobres - as que mais sofrem com as desigualdades de sua condição. Este resultado está relacionado ao crescimento no número de municípios que implantaram creches públicas (11% a mais do que em 2005).

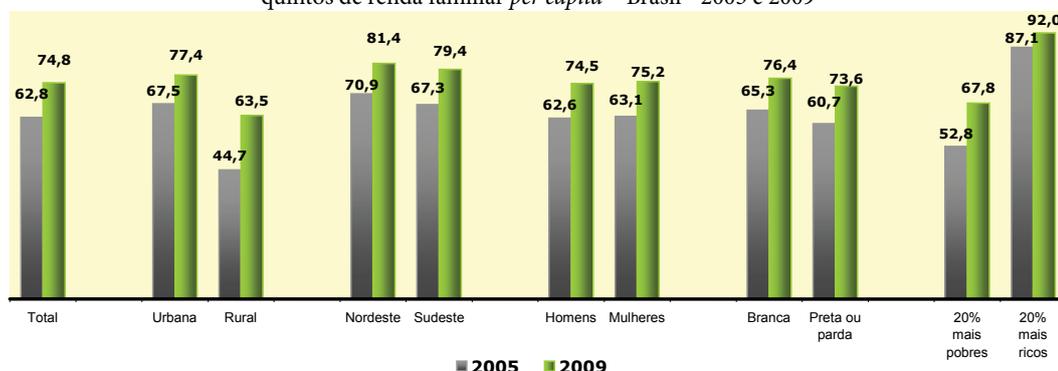
Gráfico 6 - Taxa de bruta de frequência à escola das crianças de 0 a 3 anos de idade, por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar *per capita* – Brasil - 2005/2009



Fonte: IBGE, PNAD

Mas de 70% das crianças de 4 e 5 anos frequentavam a pré-escola em 2009, implantada em quase todos os municípios. No entanto, cerca de 1,5 milhões de crianças nesta faixa etária ainda estão fora da escola, em maior proporção também entre os mais pobres e no meio rural, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 7 - Taxa de bruta de frequência a escola das crianças de 4 e 5 anos de idade, por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar *per capita* – Brasil - 2005 e 2009



Fonte: IBGE, Nacional por Amostra de Domicílios 2009

Acesso ao Ensino Fundamental

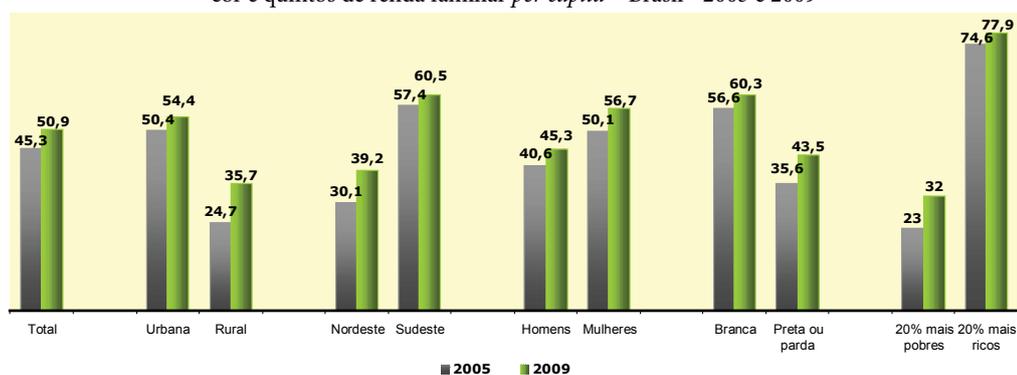
No Ensino Fundamental, o acesso é considerado universalizado, porém, mesmo que pequenas, existem desigualdades persistentes. Ainda há cerca de 740 mil crianças não atendidas. Considerando a correspondência entre a idade apropriada e a etapa escolar, a taxa líquida de frequência cai para 91% e o atraso no início da escolarização, as repetências e evasão fazem parte da explicação.

Um dos principais grupos populacionais ainda desfavorecidos no direito à educação está no campo. A análise das matrículas indica que, nas escolas rurais, para cada duas vagas nos anos iniciais do fundamental existe apenas uma nos anos finais. O funil é mais estreito entre os anos finais e o ensino médio, na proporção de 6 para um. Nas regiões urbanas, a relação das matrículas é de quatro vagas nas séries iniciais, três nas séries finais e duas no ensino médio. A dificuldade em dar prosseguimento aos estudos é nítida quando se compara a escolaridade dos jovens. Entre a população rural de 25 a 34 anos, apenas 17% têm ensino médio ou superior, enquanto nas cidades, a proporção é pouco maior que 52%.

Acesso ao Ensino Médio

Entre o ensino fundamental e o médio há uma significativa redução no acesso e apenas 51% dos jovens entre 15 e 17 anos cursam esta etapa. Entre os mais ricos, eles são 78%, enquanto entre os mais pobres e os residentes no norte, nordeste e no meio rural não chegam a 40% dos adolescentes. Esta situação existe para cerca de 5 milhões de adolescentes que estão ou fora da escola ou com atraso na escolarização.

Gráfico 8 - Proporção de estudantes de 15 a 17 anos de idade que frequentam o Ensino Médio, por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar *per capita* – Brasil - 2005 e 2009



Fonte: IBGE, PNAD



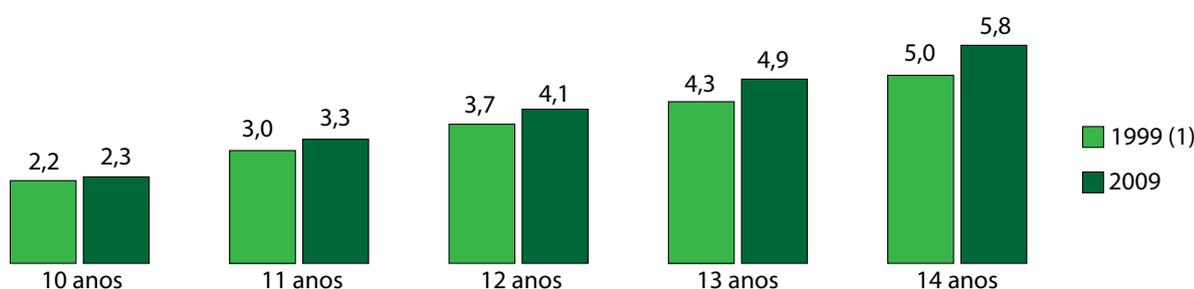
Permanência e sucesso na escolarização

Os indicadores adotados para descrever alguns elementos determinantes da permanência e do sucesso na escolarização são: aprendizagem na leitura e escrita, média de anos de estudo da população que frequenta a escola, taxas de distorção idade-série e taxa de abandono precoce, isto é, das pessoas entre 18 e 24 anos com menos de onze anos de estudo e que não frequentam escola. As taxas de transição - aprovação, repetência e evasão também são apresentadas.

O ensino fundamental, como o nome deixa claro, tem o objetivo apoiar os estudantes na aquisição de competências consideradas fundamento para futuras aprendizagens. O letramento é uma das principais formas de relação com o outro e com o mundo. A aquisição da leitura e da escrita, no entanto, tem sido um processo pedagógico que está provocando uma grande perda de potencial humano e fuga da escola por insucesso.

O indicador que revela o insucesso no processo educacional, para as escolas e para os estudantes, é a média de anos de estudo do segmento de 10 a 14 anos, idade apropriada para cursar a segunda etapa do ensino fundamental, ou seja, que já deveria estar com no mínimo 5 anos de estudo. O gráfico abaixo retrata o significativo atraso na escolarização em relação às idades das crianças.

Gráfico 9 - Média de anos de estudo das crianças de 10 a 14 anos de idade, por idade – Brasil - 1999/2009

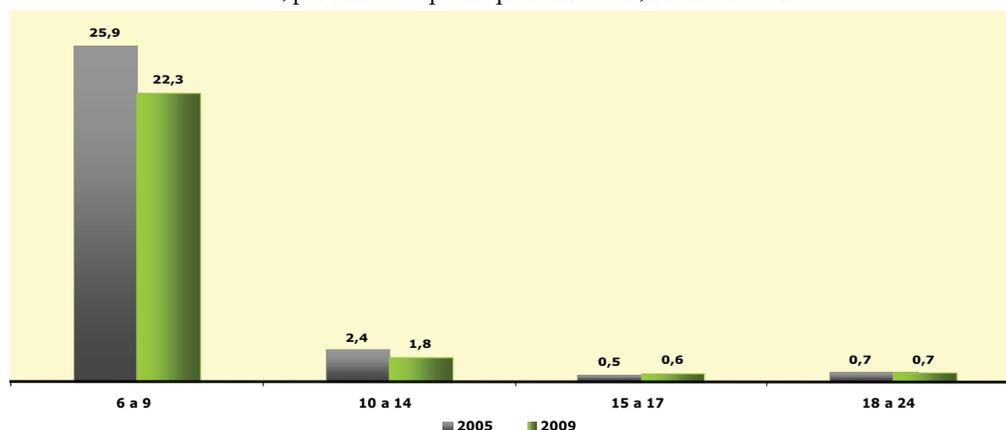


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.
(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Os resultados neste indicador apontam para a necessidade de as políticas educacionais continuarem priorizando o acesso aos segmentos ainda não atendidos e darem prioridade equivalente para a eficácia dos conteúdos e metodologias que orientam o processo pedagógico, assim como a formação continuada de professores para atualização permanente das abordagens às disciplinas e aos estudantes.

Também é importante analisar a aquisição da leitura e escrita entre as crianças, adolescentes e jovens que frequentam escola em relação aos mesmos grupos etários que também estudam. Entre os 6 e os 9 anos, período dedicado principalmente à alfabetização, 22% das crianças não são bem sucedidas, como mostra o gráfico seguinte. Assim como o anterior, este indicador aponta para a mesma prioridade que o anterior indicou: foco na formação de professores para atualização em metodologias de alfabetização, período escolar geralmente relegado aos menos experientes e talvez, aos menos engajados.

Gráfico 10 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos de idade, que frequentam escola e não sabem ler e escrever, por faixa dos que frequentam escola, Brasil - 2005/2009



Fonte: IBGE, PNAD

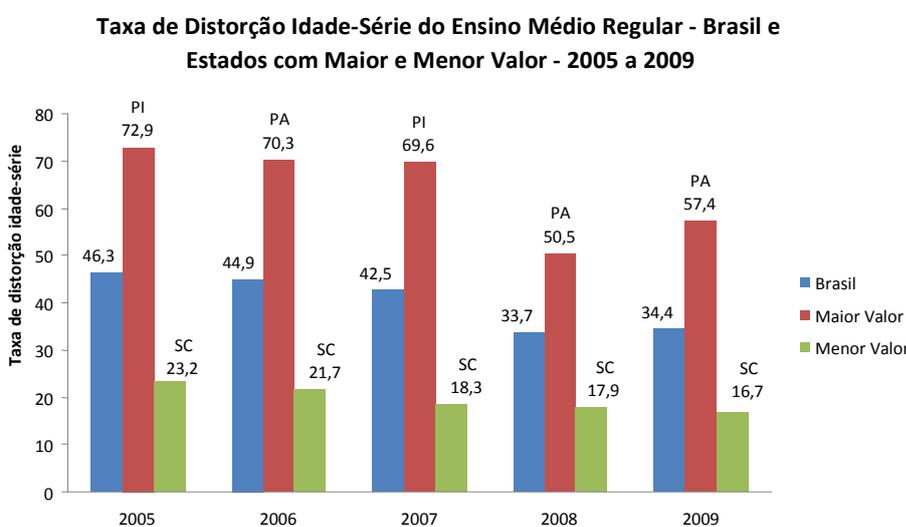
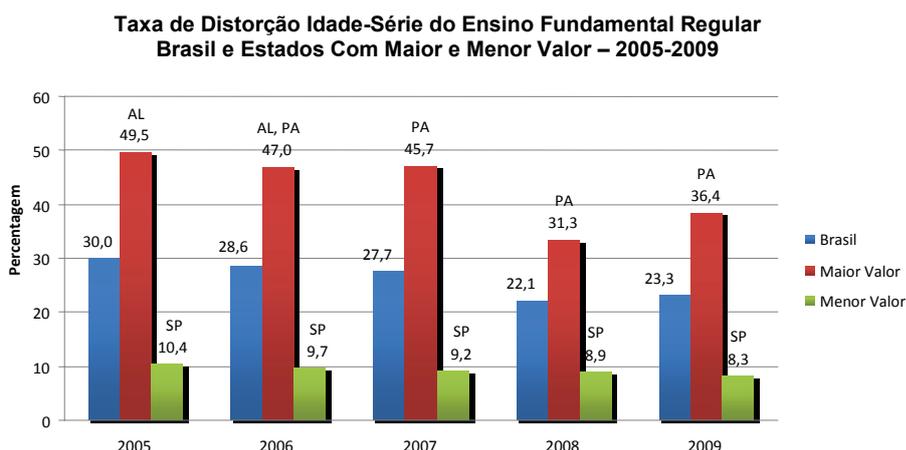


O atraso na escolarização é acompanhado pela Distorção Idade-Série, indicador que também aponta desafios e prioridades para aumentar o nível de escolarização. O volume de matrículas com distorção idade-série representa uma medida de ineficiência no processo educacional. A tradicional culpabilização do aluno pelo insucesso deve dar lugar ao sinal de alarme acionado por esta medida e que demanda prioridade e investimento pedagógico na busca de melhorar a qualidade do processo e dos resultados educacionais.

A distorção começa a apresentar problemas de fluxo a partir de 2 ou mais anos de atraso na série escolar correspondente à idade do estudante, provocado por repetências e ou evasões às vezes sucessivas. Considerando que o atraso dos estudantes no processo educacional representa insucesso para o estudante e perda de investimento de recursos e pessoal destinado à educação, e que repercutirá nos ganhos de produtividade para o País, é importante considerar o custo de oportunidade para o Estado estando cerca de 17,5 milhões de alunos nesta situação. Com apenas um ano de atraso, estão 58% dos estudantes, pouco mais de 10 milhões de matrículas e outros 3,6 milhões estão com 2 anos de atraso. Estes dois grupos de matrículas com distorção idade-série poderiam ser mais facilmente recuperados, havendo incentivo à criação e implantação de um maior número de salas de correção de fluxo.

Os gráficos abaixo informam a proporção de matrículas com distorção no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Mesmo com tendência decrescente entre 2005 e 2009, a taxa de distorção é ainda significativa na média nacional (23%) e a diferença entre os estados é grande. O Pará tem 36% das matrículas com distorção no ensino fundamental enquanto São Paulo tem 8,3%. No ensino médio no Pará, 57% das matrículas estão com distorção e o estado com a menor taxa de distorção (16,7%) foi Santa Catarina.

Gráfico 11 - Taxa de Distorção Idade-série do ensino fundamental e médio - Brasil - 2005 a 2009

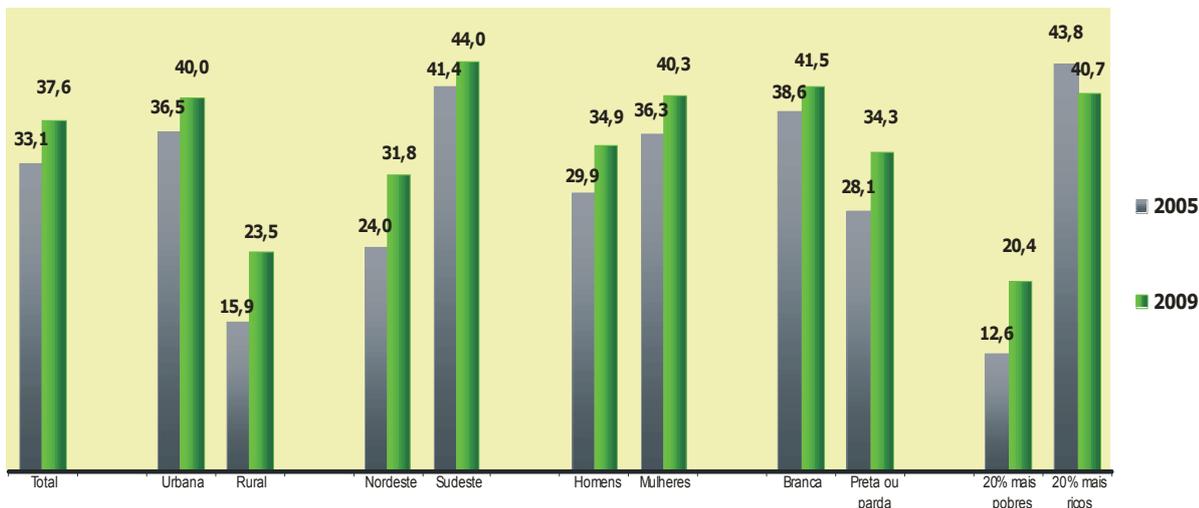


Fonte: INEP/MEC



Importante indicador de permanência e sucesso na escolarização básica é a proporção de pessoas entre 18 e 24 anos que concluíram o ensino médio. Na população verifica-se uma ampliação de 4,5% entre 2005 e 2009, embora ainda não chegue a 40% de jovens. A ampliação foi maior no nordeste e no segmento mais pobre (7,8%), no meio rural (7,6%), na população negra e parda (6,2%) e entre os homens (5%). Apesar da ampliação os índices ainda são extremamente ruins, particularmente para as pessoas pobres, onde cerca de 80% dos jovens entre 18 e 24 anos ainda não concluiu o ensino médio.

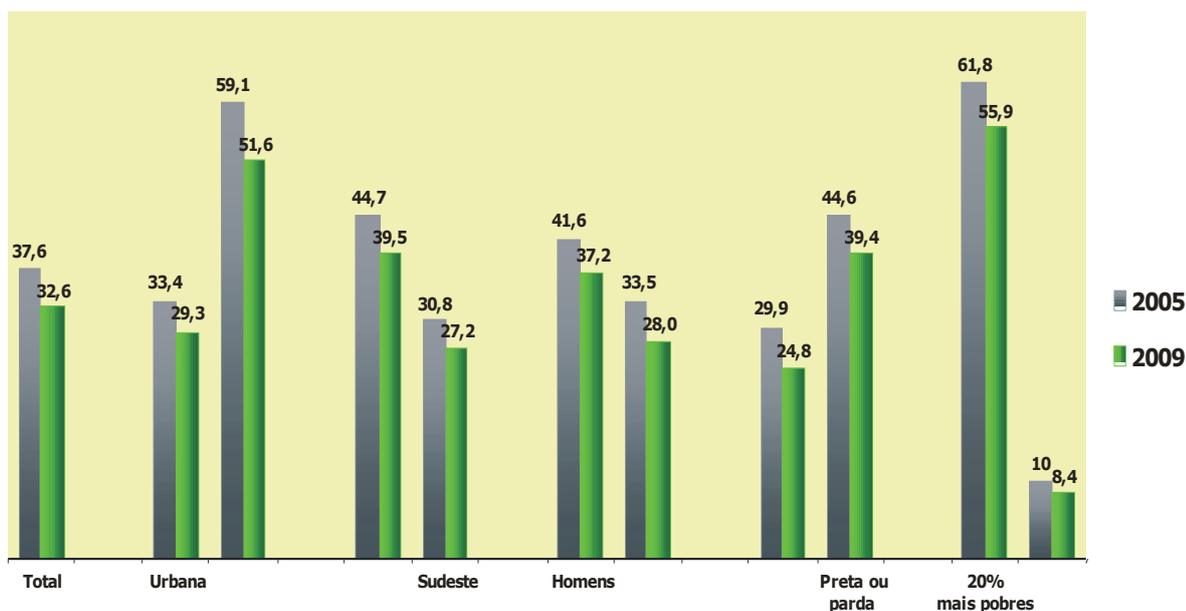
Gráfico 12 - Proporção de jovens de 18 a 24 anos, com ensino médio concluído por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar *per capita* – Brasil - 2005 e 2009



Fonte: IBGE, PNAD

A taxa de abandono precoce é também um indicador de permanência e sucesso na escolarização e está relacionada à evasão. Ele indica a população entre 18 e 24 anos que não frequenta a escola e que não completou 11 anos de estudo. O gráfico abaixo representa as desigualdades nas taxas de abandono precoce entre estados da federação e local de residência e entre grupos sociais por sexo, cor e renda. Na média brasileira, 32,5% dos jovens estão nesta situação. Entre os mais pobres e a população do campo a situação é pior. Eles são mais de 50% sem o ensino médio completo, o que acarreta dificuldades para a profissionalização e empregabilidade.

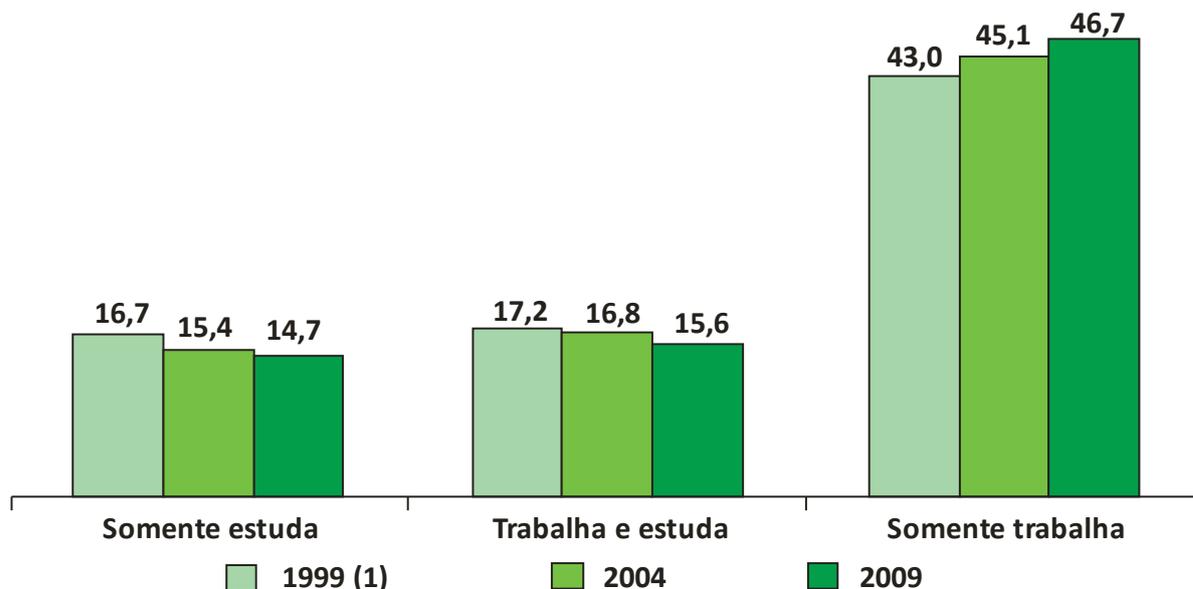
Gráfico 13 - Taxa de Abandono Precoce (proporção de jovens de 18 a 24 anos, com menos de 11 anos de estudo que não frequenta escola), por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar *per capita*, Brasil - 2005 e 2009



Fonte: IBGE, PNAD

Complementar ao indicador de abandono precoce, a proporção de jovens nesta faixa etária por condição de atividade na relação entre estudo e trabalho é esclarecedora. Os que apenas trabalham são quase metade população entre 18 e 24 anos e perto de 15% só estudam. Outros 15,5% estudam e trabalham, condição que frequentemente leva ao ensino noturno e ao abandono precoce. Interessante observar a tendência decrescente nos últimos 10 anos da proporção de jovens que apenas estudam e que estudam e trabalham, e o aumento dos que apenas trabalham. Este dado, apresentado no gráfico abaixo, reforça a hipótese de evasão escolar motivada pela necessidade de ingresso no mercado de trabalho.

Gráfico 14 - Jovens de 18 a 24 anos de idade por condição de atividade – Brasil - 1999/2004/2009



Fonte: IBGE, PNAD

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Boa parte dos jovens que apenas trabalham são os mesmos que não completaram o ensino médio ou, quando o concluíram, têm dificuldade de se empregar por falta de qualificação e de experiência. Em muitos casos, este contingente de jovens, mesmo com ensino médio, acabam sem emprego nem escola – a chamada geração “nem-nem”.

Os diversos colóquios realizados no Observatório da Equidade sobre educação profissional e a falta de trabalhadores com formação para o mundo do trabalho e de qualificação para alguns setores do mercado de trabalho apontaram a necessidade de oferecer outras possibilidades de escolarização para os jovens que concluem o ensino fundamental. Essas alternativas ao ensino médio tradicional – e não complementares, como é o sistema atual – precisam ser voltadas para a profissionalização, de modo a permitir àqueles que, por uma razão ou outra, não acessam o ensino superior, tenham maior chance de ingressar no mundo do trabalho.

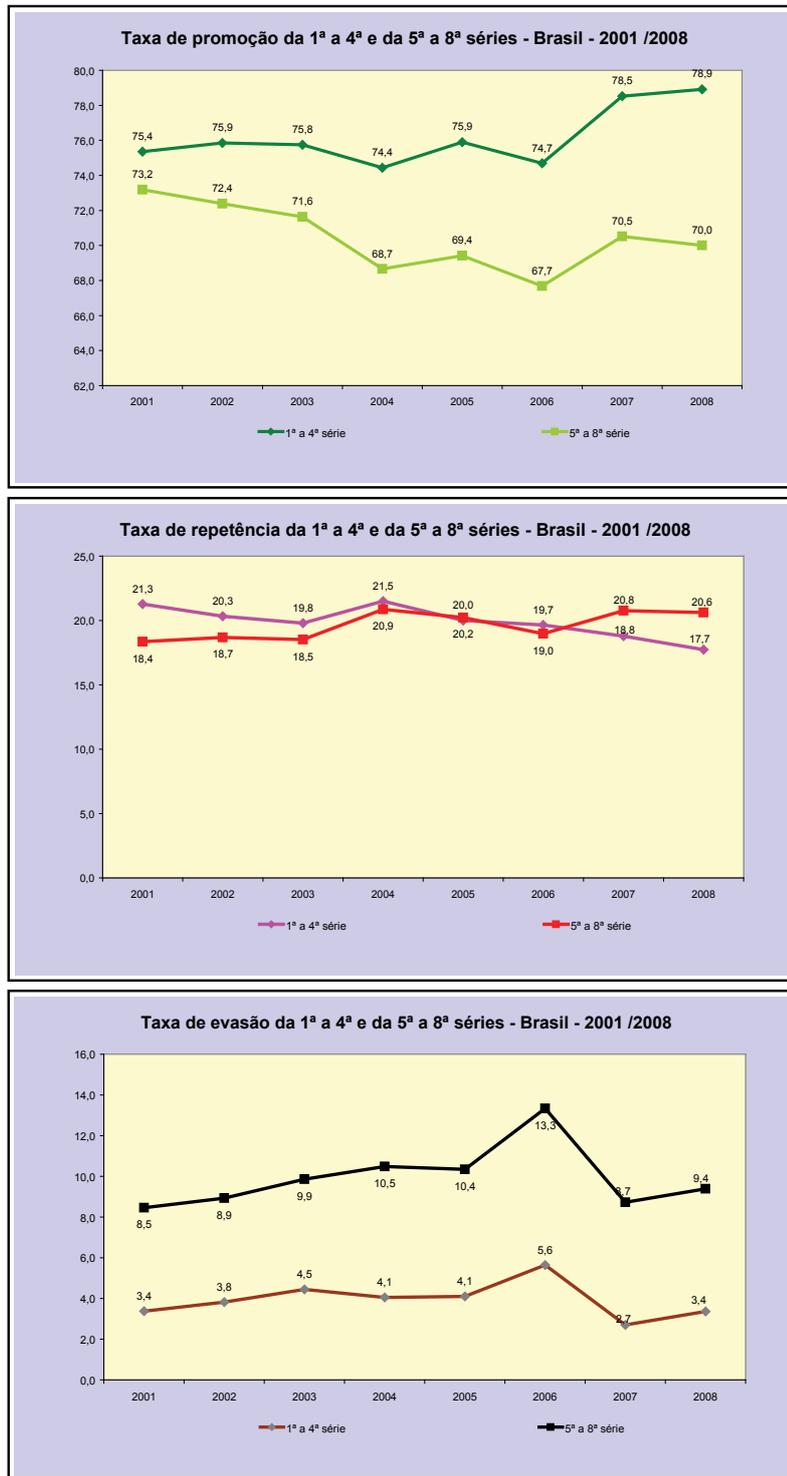
As taxas de transição também são bons indicadores de desempenho escolar - são um dos componentes do IDEB. Devido à mudança na metodologia de coleta de dados, o INEP não disponibilizou resultados oficiais destas taxas nos últimos quatro anos. As informações apresentadas abaixo sobre aprovação, repetência e evasão foram calculadas no estudo realizado por Ruben Klein (pesquisador aposentado do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/MCT) e consultor da Fundação Cesgranrio) com base nos dados do Censo Escolar/INEP⁵. As taxas de transição são apresentadas para o ensino fundamental e médio nos próximos gráficos.

O ensino fundamental, houve melhoria continuada na taxa de aprovação de 1ª a 4ª séries, que pode ser explicada também pelas políticas de ciclo e ou promoção automática. Na segunda etapa, de 5ª a 8ª séries, houve redução na aprovação. A taxa de repetência nos dois segmentos ainda é muito alta, com lenta e ligeira tendência de redução na primeira etapa e de crescimento na segunda. A taxa de evasão nos dois segmentos não sofreu mudanças significativas.

5. Para maiores esclarecimentos consultar: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/107/474>.



Gráfico 15 - Taxas de transição de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental - Brasil - 2001 a 2008



Fonte: calculado pelo Censo Escolar/MEC/INEP adotando metodologia de Ruben Klein.

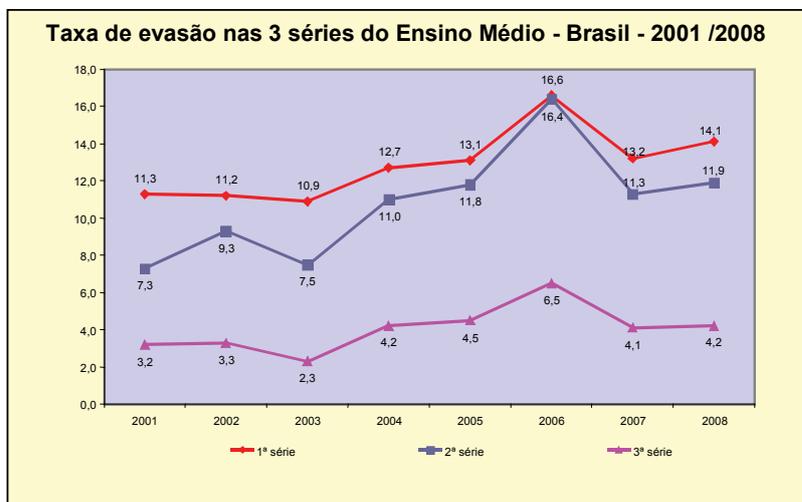
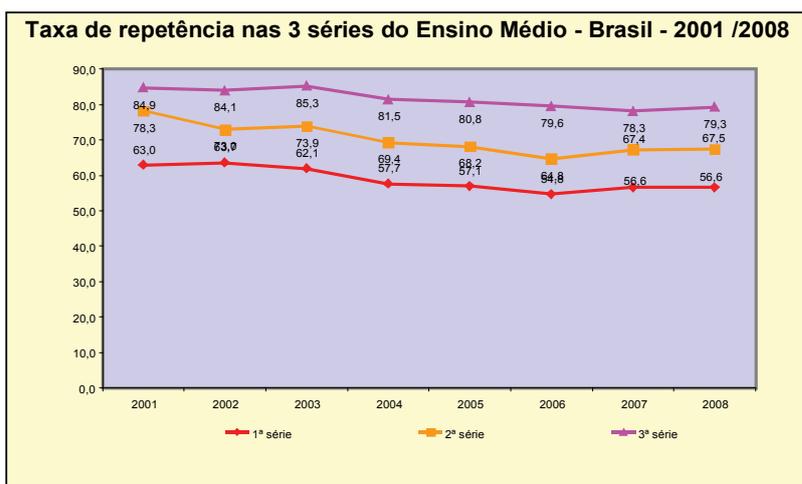
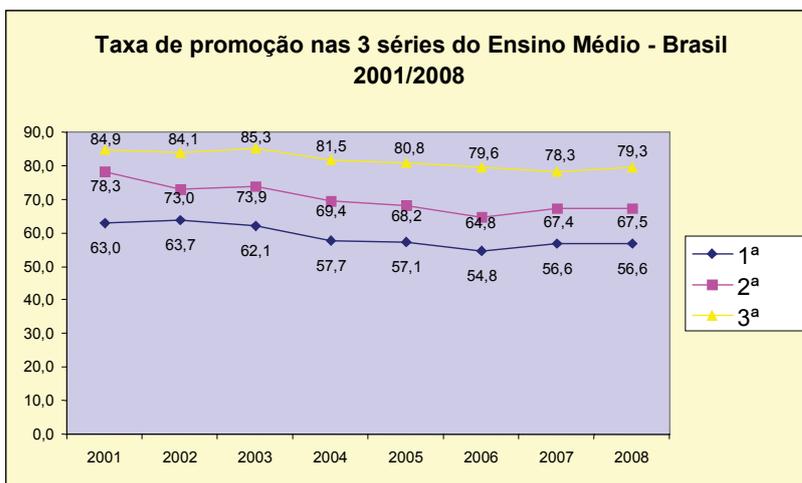
No ensino médio, as taxas de transição movimentaram-se muito pouco. As taxas de aprovação para todas as séries estiveram em ligeira queda no período até 2007, quando se verifica pequeno crescimento apenas na última. A queda pode ser explicada pelo índice de evasão, que vem aumentando muito nas duas primeiras séries, e de repetência, que permanece em um mesmo patamar desde 2001 para todas as séries.

Esta é uma questão importante a ser enfrentada: há piora no rendimento em todo o ensino médio. A primeira série é uma barreira de difícil superação para os estudantes, a aprovação é menor, o índice de repetência é altíssimo (56.6%) e a taxa de evasão é a mais alta das 3 séries, o que pode ser explicado por diversos fatores: descontinuidade

entre o ensino fundamental e o médio, inadequação do ensino às necessidades do estudante, relação com o mercado de trabalho. A situação é parecida na 2ª série. Na última série verificam-se as maiores taxas de promoção e de repetência e o menor índice de evasão.

Os gráficos abaixo deixam visível a diferença de grandeza nas taxas de repetência e evasão no ensino fundamental e no médio, o que confirma as informações dos indicadores analisados anteriormente sobre permanência e sucesso na escolarização.

Gráfico 16 - Taxas de transição nas 3 séries do ensino médio - Brasil - 2001 a 2008



Fonte: calculado pelo Censo Escolar/MEC/INEP adotando metodologia de Ruben Klein.



Educação Profissional

Na formulação inicial da árvore de problemas geradores de desigualdades na escolarização, o Observatório da Equidade identificou na infância e na juventude as mais graves insuficiências e necessidades de ações prioritárias. Os problemas centrais enfrentados por adolescentes e jovens para se formar como cidadãos e profissionais são: os níveis insuficientes de acesso, permanência, desempenho e conclusão do ensino médio e, na educação profissional, a insuficiência de oferta de qualidade e desarticulação dos subsistemas de educação técnica e de formação profissional continuada.

A questão da qualificação dos jovens para o mundo do trabalho e o exercício profissional é considerada pelo CDES e setores da economia como um dos grandes obstáculos para avançar na conquista de algumas das bases para o desenvolvimento no novo ciclo que se aponta para o País. Além de postos de trabalho tradicionais, como marceneiro, eletricista, operadores de máquina, que exigem qualificação de complexidade mediana, outros surgem em razão das novas tecnologias, para os quais faltam trabalhadores formados.

A recente política educacional para a profissionalização dos jovens implementou um conjunto de programas que estão expandindo a rede de educação profissional em todo o País, tanto federal quanto estaduais, e buscando a integração com a educação básica de jovens e adultos e com o Sistema S.

Centenária, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passou por um reordenamento em 2008, e o que antes eram Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas e escolas técnicas passaram a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e estão instalados em todos os estados, em um total de 366 escolas (MEC, 2010). Com a reformulação, metade das cerca de 500 mil vagas agora é destinada a cursos técnicos de ensino médio integrado e a outra metade a cursos superiores e engenharias, tecnologias e licenciaturas para as áreas tecnológicas. A importante expansão e distribuição territorial da oferta pública nesta modalidade de ensino ainda precisam ser consolidadas e acompanhadas em relação à adequação curricular às necessidades do desenvolvimento e aos efeitos formativos para os egressos.

A tabela abaixo apresenta a situação da oferta de educação profissional de nível médio em estabelecimentos públicos e privados, a maioria do Sistema S.

Tabela 10 - Número de Matrículas, de Professores e de Estabelecimentos de Educação Profissional de nível médio, Brasil – 2005 e 2009

	2005	2009
Matrículas	707.263	861.114
Professores	59.687	58.898
Estabelecimentos Públicos	912	1.173
Estabelecimentos Privados	2.318	2.362

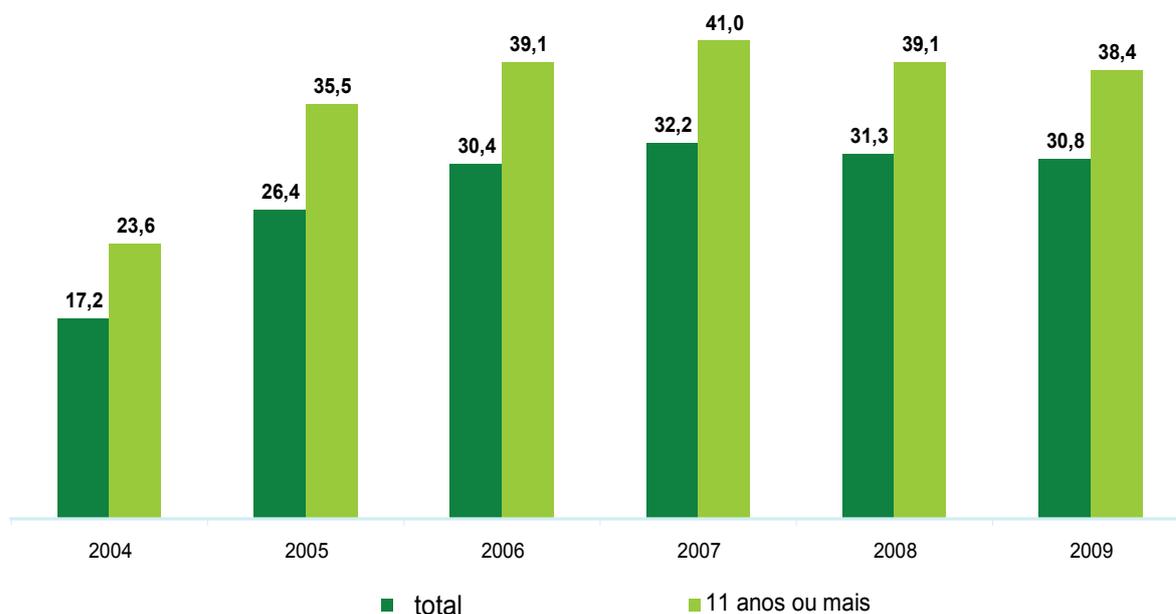
Fonte: MEC/INEP

A insuficiência da oferta de cursos à demanda por trabalhadores em diferentes modalidades profissionais persiste, conforme se verifica pelo baixo número de matrículas e o pouco crescimento no período de quatro anos. Por outro lado, depoimentos colhidos nos diversos debates sobre o assunto iluminaram um grave obstáculo para a inserção de jovens na oferta de formação profissional: a baixa escolaridade e a carência na formação de habilidades básicas de leitura, escrita e matemática. Quando esta condição não desclassifica no momento do acesso, prejudica o jovem na permanência e sucesso na aprendizagem das competências profissionais.

Outro obstáculo para o acesso de trabalhadores à educação profissional é o alto custo dos cursos ofertados pelos estabelecimentos privados. Um avanço foi obtido com o acordo por gratuidade entre o MEC e o Sistema S, porém é preciso intensificar o acompanhamento de seus efeitos na quantidade de vagas e nos cursos incluídos na oferta com gratuidade.

Dados coletados em regiões metropolitanas pela Pesquisa Mensal de Empregos, do IBGE, apresentados no gráfico abaixo, indicam que entre 2005 e 2009 a proporção da População Economicamente Ativa que concluiu curso de qualificação profissional não se alterou, ficando na faixa de 30%. Esta imobilidade no indicador pode estar relacionada aos entraves anteriormente apontados e também ao desprestígio que a formação e o exercício de profissões de nível técnico e tecnológico adquiriram ao longo de nossa história, exercendo um efeito perverso na identidade social destes profissionais e na atratividade que esta formação exerce sobre os jovens.

Gráfico 17 - Proporção da PEA de 18 a 24 anos ou mais que concluiu curso de qualificação profissional
Brasil – 2004 a 2009



Fonte: IBGE, PNAD

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Apesar do avanço na implantação de estabelecimentos destinados a esta modalidade de ensino, persiste o problema da desarticulação entre os subsistemas de educação técnica e de formação profissional continuada, apontado na árvore de problemas relacionados à baixa escolaridade da população formulada pelo Observatório da Equidade. A desarticulação manifesta-se na ausência de interação entre as políticas de educação e as de trabalho e emprego e de ciência e tecnologia.

Anexos

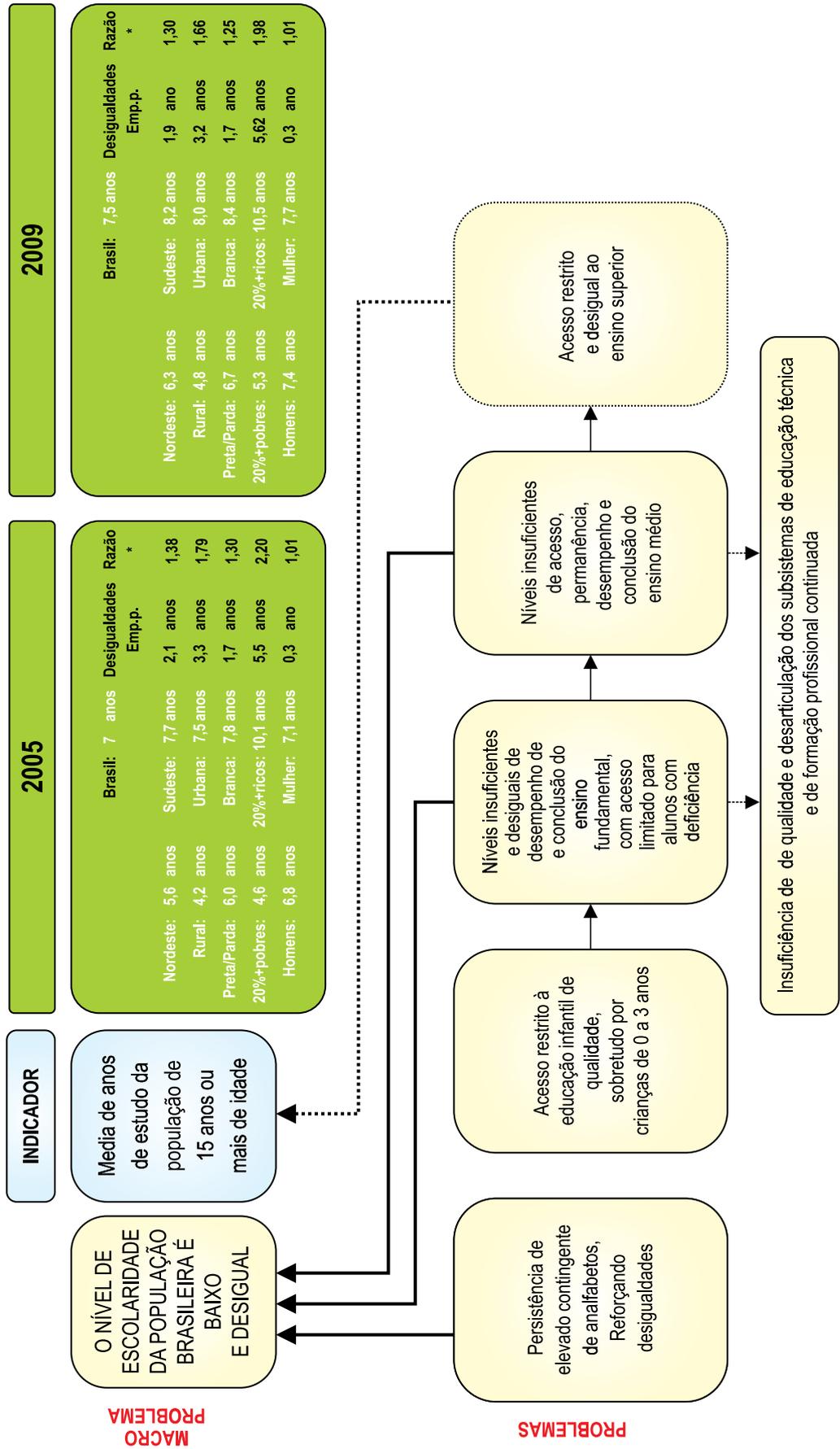


Anexo I – Quadro de Indicadores

Anexo II – Relação de Instituições participantes da Rede de Observação do Observatório da Equidade

Anexo I – Quadro de Indicadores

Os problemas e as desigualdades na escolarização no Brasil





Os problemas e as desigualdades na escolarização no Brasil

O nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual

INDICADOR	2005		2009	
	Brasil: 7 anos	Razão*	Brasil: 7,5 anos	Razão*
Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade	Desigualdades em p.p.		Desigualdades em p.p.	
	Nordeste: 5,6 anos	1,38	Nordeste: 6,3 anos	1,30
	Sudeste: 7,7 anos		Sudeste: 8,2 anos	
	Rural: 4,2 anos	1,79	Rural: 4,8 anos	1,66
	Urbana: 7,5 anos		Urbana: 8,0 anos	
	Preta/Parda: 6,0 anos	1,30	Preta/Parda: 6,7 anos	1,25
	Branca: 7,8 anos		Branca: 8,4 anos	
	20% + pobres: 4,6 anos	2,20	20% + pobres: 5,3 anos	1,98
	20% + ricos: 10,1 anos		20% + ricos: 10,5 anos	
	Homens: 6,8 anos	1,01	Homens: 7,4 anos	1,04
Mulheres: 7,1 anos		Mulheres: 7,7 anos		

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.

Analfabetismo

Persistência de elevado contingente de analfabetos, reforçando desigualdades

Indicadores	2005	2009
Número de analfabetos	15 milhões de analfabetos (15,1 milhões em 2001)	14,1 mil hões de analfabetos
	Brasil: 11,1%	Brasil: 9,7%
	Desigualdades em p.p.	Desigualdades em p.p
	Razão*	Razão*
	Nordeste: 21,9% Sudeste: 5,9%	Nordeste: 18,7% Sudeste: 5,7%
	Rural: 25% Urbana: 8,4%	Rural: 22,8% Urbana: 7,4%
	Preta/Parda: 15,4% Branca: 7,0%	Preta/Parda: 13,4% Branca: 5,9%
	20% + pobres: 20,7% 20% + ricos: 2,1%	20% + pobres: 17,4% 20% + ricos: 2,0%
Taxa de analfabetismo por grupos de idade	15 a 24 anos: 2,9% 60 anos ou +: 31,0%	15 a 24 anos: 1,9% 60 anos ou +: 27,7%

Fonte: PNAD/IBGE

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.

	Causas	Indicadores	2005	2009
Acesso	Insuficientes e ineficazes mecanismos de mobilização de jovens e adultos analfabetos	Proporção de jovens (15 a 24 anos) analfabetos que frequentam cursos de alfabetização e EJA	3,9% 38.943 jovens	6,0% 39.033
	Dificuldade de acesso a cursos de alfabetização	Proporção de adultos (25 anos ou mais) analfabetos que frequentam cursos de alfabetização	2,8% 356.267 pessoas	2,0% 275.352 pessoas
Permanência	Oferta insuficiente de EJA pela rede pública	Proporção de analfabetos das áreas rural e urbana que frequentam cursos de alfabetização	Rural: 2,9% Urbana: 2,5%	Rural: 2,7% Urbana: 2,0%
	Elevados índices de fracasso no ensino fundamental	Percentual de escolas públicas que oferecem EJA	28,9%	28,7%
		Proporção de analfabetos que anteriormente já frequentaram escola	38,7%	42,7%



Educação Infantil

Acesso restrito à educação infantil de qualidade, sobretudo pelas crianças de 0 a 3 anos

Indicadores	2005		2009	
	Brasil: 13%	Razão*	Brasil: 18,4%	Razão*
Taxa de frequência à creche: crianças de 0 a 3 anos	Desigualdades em p.p.	2,9	1,25	3,5
	Preta/Parda: 11,6%			Preta/Parda: 16,7%
	Branca: 14,5%			Branca: 20,2%
	Rural: 4,6%			Rural: 8,9%
	Urbana: 15,2%			Urbana: 20,5%
Taxa de frequência à pré-escola de crianças de 4 e 5 anos	Norte: 5,8%	10,3	2,78	15,9
	Sul: 16,0%			Sul: 24,2%
	20% + pobres: 8,2%			20% + pobres: 12,2%
	20% + ricos: 29,6%			20% + ricos: 36,3%
	Brasil: 63%	21,4	3,61	24,1
Taxa de frequência à pré-escola de crianças de 4 e 5 anos	Preta/Parda: 60,6%			Preta/Parda: 73,6%
	Branca: 65,3%			Branca: 76,4%
	Rural: 44,5%			Rural: 63,5%
	Urbana: 67,5%			Urbana: 77,4%
	Norte: 49,1%	21,8	1,44	Sul: 59,5%
	Nordeste: 70,9%			Nordeste: 79,4%
	20% + pobres: 53%			20% + pobres: 68%
	20% + ricos: 87%			20% + ricos: 92%
	Brasil: 75%	4,7	10,7	2,8
		23,0	1,52	13,9
	21,8	1,44	19,9	
	34,0	1,64	24,2	

Fonte: PNAD/IBGE

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.

	Causas	Indicadores	2005	2009
Acesso	Educação infantil não é vista como parte da educação e primeira etapa do processo educacional	Percentual de municípios que não têm oferta de creches públicas	32,3%	20,7%
	Infraestrutura deficiente nas escolas públicas e conveniadas	Percentual de municípios que não têm oferta de pré-escola pública	0,2%	0,4%
Qualidade	Desvalorização da profissão docente	Percentual de crianças que frequentam educação infantil pública sem parque infantil	54,6%	55,1%
	Formação inadequada de docentes	Rendimento mensal médio dos professores de educação infantil com formação de nível superior (30h semanais)	Brasil: R\$ 759,00	Brasil: R\$ 1.153,79
		Professores sem magistério ou licenciatura	13%	11,1%

Ensino Fundamental

Níveis insuficientes e desiguais de desempenho e conclusão do ensino fundamental, com acesso limitado para alunos com deficiência

Indicadores	2005	2009
Taxa de Aprovação**	72,9	74,6
Taxa de Repetência**	20,1	19,1
Taxa de Evasão**	7,0	6,3
IDEB***	Brasil: 3,8	Brasil: 4,6
	Desigualdades em p.p.	Desigualdades em p.p
IDEB	Razão*	Razão*
Anos iniciais do ensino fundamental	Público: 3,6 Privado: 5,9	Público: 4,4 Privado: 6,4
	Alagoas: 2,5 Distrito Federal: 4,8	Pará: 3,6 Distrito Federal: 5,6 Minas Gerais: 5,6
	Brasil: 3,5	Brasil: 4,0
IDEB	Razão*	Razão*
Anos finais do ensino fundamental	Público: 3,2 Privado: 5,8	Público: 3,7 Privado: 5,9
	Alagoas: 2,4 Santa Catarina: 4,3	Alagoas: 2,9 Santa Catarina: 4,5 São Paulo: 4,5
	Brasil: 20,3%	Brasil: 35,3%
Proporção de escolas de ensino regular com inclusão de alunos com deficiência	Público: 21,1% Privado: 14,0% Centro-Oeste: 34,1% Norte: 11,0%	Público: 36,7% Privado: 26,4% Centro Oeste: 53,8% Norte: 22%

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.

** Fonte: Taxas de Transição calculadas pelo Censo Escolar/MEC/INEP de 2008 adotando metodologia de Ruben Klein.

*** Fonte: INEP/MEC O IDEB tem valores entre 0 e 10 e é calculado em anos alternados a partir de 2005. A meta a ser atingida em 2021 é 6,0 nos anos iniciais e 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.



	Causas	Indicadores	2005	2009
Acesso	Falta infraestrutura de acessibilidade para alunos com deficiência	Percentual de escolas que não possuem dependências e vias adequadas a alunos com deficiência	Brasil: 94,8% Público: 95,9% Privado: 86,6%	Brasil: 88,8% Público: 90,7% Privado: 76,5%
	Infraestrutura deficiente nas escolas da rede pública	Percentual de alunos que estudam em escolas sem biblioteca	55%	28%
	Desvalorização da profissão docente	Percentual de alunos que estudam em escolas sem quadras de esporte	44%	40,0%
Qualidade	Formação inadequada de professores	Rendimento mensal médio dos professores de ensino fundamental com formação de nível superior (30h semanais)	Brasil: R\$ 951,15	Brasil: R\$ 1255,09
	Desigualdade regional no investimento público por aluno/ano	Proporção de professores sem licenciatura	Anos iniciais: 56,9% Anos finais: 22,2%	Anos iniciais: 40,7% Anos finais: 23,8%
	Condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de alunos da rede pública	Investimento por aluno/ano *	Pará: 1.091,00 Distrito Federal: 3.116,00	Pará: 1.687,00** Distrito Federal: 4.919,00**
Permanência	Insuficiente tempo de permanência dos alunos na escola	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam escola pública de famílias com renda <i>per capita</i> inferior a ½ salário mínimo	44,7%	39,20%
		Média de horas/aula diárias	4,4 horas	4,5 horas

* Valores nominais, em Reais.

** Fonte: MEC/INEP, dados de 2008.



	Causas	Indicadores	2005	2009
Acesso	Inadequação etária para ingresso e conclusão no ensino médio	Idade média dos estudantes do ensino médio	18,7 anos	18,2 anos
	Grande proporção de jovens (15 a 24 anos) que necessitam trabalhar	Percentual de jovens que trabalham ou procuram emprego Percentual de jovens que frequentam ensino médio e trabalham	65,3% 34,9%	62,7 31,5%
Qualidade	Infraestrutura deficiente nas escolas da rede pública	Percentual de alunos que estudam em escolas sem laboratório de ciências	48,2%	43,9%
		Percentual de alunos que estudam sem biblioteca	35,5%	9,1%
	Desvalorização da profissão docente	Percentual de alunos que estudam em escolas públicas sem laboratório de informática	36,9%	7,5%
	Formação inadequada de professores	Rendimento mensal médio dos professores de ensino médio com formação de nível superior (30h semanais)	Brasil: R\$ 1.247,22	Brasil: R\$ 1.601,38
	Déficit de professores de física, química, biologia e matemática	Proporção de professores sem licenciatura	11,7%	12,6%
Permanência	Condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de alunos da rede pública	Percentual de professores habilitados em cada disciplina	Física: 10% Química: 22,2% Matemática: 20,4% Biologia: 44,4%*	Física: 21% Química: 37,6% Matemática: 51,9% Biologia: 57,9%
		Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que frequentam escola pública de famílias com renda <i>per capita</i> inferior a ½ salário mínimo	28,6%	26,5%

** Fonte: MEC/ INEP - Censo do Magistério, 2003.

Educação Profissional

Insuficiência da oferta de qualidade e desarticulação dos subsistemas de educação técnica e de formação profissional continuada

Indicadores	2005	2008
Número de matrículas na Educação Profissional	707.263 Brasil: 10,9%	861.114 Brasil: 10,6%
Relação entre matrícula na educação profissional técnica e estimativa da demanda potencial*	Norte: 4,0% Sul: 16,9% Desigualdade em p.p. 12,9	Nordeste: 3,8% Sul: 15,4% Desigualdade em p.p. 11,6

Fonte: INEP/MEC

* demanda potencial = nº de matrículas no 1º e 2º EM + nº de matrículas EJA médio.

Causas	Indicadores	2005	2009
Oferta	Distribuição de matrículas na educação Profissional e distribuição da PEA por região	Norte: 2,4% PEA = 7,4% Sudeste: 61,2% PEA = 43,1%	Centro-Oeste: 4,4% PEA = 7,4% Sudeste: 61,5% PEA = 43,3%
	Proporção de municípios com oferta de educação profissional	Brasil: 17,2% Sudeste: 26,5%	Brasil: 26,6% Nordeste: 11,7% Sudeste: 41,6%
Concentração territorial da oferta de educação profissional	Proporção de matrículas na educação técnica nos municípios das capitais	Brasil: 32,7% Norte: 65,6% Sul: 19,7%	Brasil: 33,0% Norte: 69,7% Sul: 21,6%
Insuficiente integração da formação inicial e continuada dos trabalhadores com a elevação da escolaridade	Proporção de concluintes de cursos do PNQ que realizaram cursos com elevação de escolaridade	Pública: 34,2% Privada: 30,6% Brasil: 22,4% Sudeste: 44,9%	Pública: 36,0% Privada: 30,4% Brasil: 22,9% (2007) Nordeste: 2,7% Norte: 59,9%
Precariedade e/ou defasagem dos laboratórios das instituições de educação profissional	Proporção de estabelecimentos de ensino de educação técnica que dispõem de laboratórios* por região	Brasil: 74,5% (2007) Sul: 90,0% Sudeste: 68,0%	Brasil: 80,4% Sul: 92,7% Sudeste: 75,7%

* Inclui Ciências e/ou Informática e/ou Outros Laboratórios/Oficinas



Anexo II – Relação de Instituições participantes da Rede de Observação do Observatório da Equidade

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP	IDOM CONSULTORIA LTDA
AGENCE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA - IFB
AKER SOLUTIONS DO BRASIL	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE/PR - ORBIS
ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA	INFORMAÇÃO, ESTATÍSTICAS, ESTUDOS E PESQUISA - IIEP
AMIGOS DA TERRA	INST. NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
AMIR KHAIR CONSULTORIA	INSTITUTO ÁGORA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ALEC	INSTITUTO AVRTON SENNA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INFRA-ESTRUTURA E INDÚSTRIAS DE BASE - ABDIB	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS - ABRASF	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESÁRIOS PELA CIDADANIA - CIVES	INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA - IBS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METALURGIA, MATERIAS E MINERAÇÃO - ABM	INSTITUTO CULTIVA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL	INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS - ABIA	INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - INESC
ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS SUPERIORES DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO - ANFOPE	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DE PROFESSORES - AESUFOPE	INSTITUTO DOM HELDER CÂMARA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISAS E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - ANPED	INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - ANFIP	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS COLETIVOS DE EMPRESÁRIOS E EMPREENDEDORES AFRO-BRASILEIROS - ANCEABRA	INSTITUTO GERMANO RIGOTTO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES	INSTITUTO LATINO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ILDES
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA E DA SEGURIDADE - ANASPS	INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE TELECOMUNICAÇÕES DA INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL - IOST
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA MULHER	INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAL - ATONG	INSTITUTO PAULO FREIRE/SP
AVANTE - EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	INSTITUTO POLIS
AVICULTURA E AGROPECUÁRIA - AVIPAL S.A.	INSTITUTO SAÚDE/SES
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG	INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA
BANCO DO BRASIL	INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL/SP - INSPIR
BANCO DO NORDESTE - BNB	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO - IUPERJ
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES	INTEGRAÇÃO ECOLOGIA
BARDELLA S.A.	ISER/ASSESSORIA
BRASTUBO CONSTRUÇÕES METÁLICAS S.A.	J MACEDO S.A.
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BB - CASSI	LABORATÓRIO DE ANÁLISES ECONÔMICAS, SOCIAIS E ESTATÍSTICAS DAS RELAÇÕES RACIAIS/IUPERJ
CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI	LEITE, TOSTO E BARROS ADVOGADOS ASSOCIADOS
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA	LIDERANÇA DO PDT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Continua.



CAMARA BRASILEIRA DA INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO - CBC	MEC / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
CAMARGO CORREA	MINISTÉRIO DA CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DIREITO À EDUCAÇÃO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO	MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
CARIOCA CHRISTIANE-NIELSEN ENGENHARIA S.A	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
CÁRITAS BRASILEIRA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS
CASA CIVIL - PR	MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCIDADES
CEARAH PERIFERIA - CE	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CEBDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS
CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - UNISOL BRASIL	MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME
CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL - CGTB	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MIMA
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MPOG
CENTRO DE AÇÃO CULTURAL - CENTRAC	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CE - CEDECA	MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR
CENTRO DE ESTUDOS DAS DESIGUALDADES SOCIO TERRITÓRIAS/SP - CEDEST	MINISTÉRIO PÚBLICO
CENTRO DE ESTUDOS E RELAÇÕES DE TRABALHO/DESIGUALDADE-SP - CEERT	MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ES - MEPES
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM EPC	MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA/BA - MOC
CENTRO EDUCACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA - CEAT	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ES - CEFET/ES	MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DO DF
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CEFET CAMPOS/RJ	MOVIMENTO REFORMA POLÍTICA PARTICIPAÇÃO POPULAR
CENTRO NORDESTINO DE MEDICINA POPULAR	MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDIPÁ
CENTRO PAULA SOUZA	NEOENERGIA S.A
CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA - CEFFAS	NESTLÉ BRASIL LTDA
CIA TÉCNICA DE ENGENHARIA ELÉTRICA - ALUSA	NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES - NCST
COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL	NÚCLEO ESTUDOS DO NEGRO/SC - NEN
COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CPDS	O ESTADO DE SÃO PAULO
COMISSÃO NACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	O GLOBO
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF	ONDA SOLIDÁRIA
COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP	ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB
COMPANHIA DO METROPOLITANO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - UNESCO
COMPANHIA DO CAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP - CODESP	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT
COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	PARCERIA SOCIAL
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN	PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
CONNECT CONSULTORIA	PASTORAL DA CRIANÇA/PR

Continua.



CONFAB INDUSTRIAL S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO SA - PETROBRAS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE - CONTRATUHU	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI	PREFEITURA DE EMBU DAS ARTES SP
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS GERAIS, PREVIDÊNCIA PRIVADA E VIDA, SAÚDE SUPLEMENTAR E CAPITALIZAÇÃO - CNSEG	PREFEITURA DE GUARULHOS SP
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE	PREFEITURA DE JUAZEIRO DO NORTE - BA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - CNTM	PREFEITURA DE JUIZ DE FORA - MG
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG	PREFEITURA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR
CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES	PREFEITURA DE MARINGÁ/PR
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PERNAMBUCO CODES - PE	PREFEITURA DE NARANDIBA/SP
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - RS	PREFEITURA DE SALVADOR/BA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURINHOS/SP	PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE /RS	PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO/RJ
CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE - CONJUVE	PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - PGR
CONSELHO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS	PROJETO CATENDE HARMONIA
CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA - CONAPE	REVISTA ADIANT
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS	REVISTA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT	REVISTA EPOCA
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ	REVISTA NOVA ESCOLA
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONDIRAF	REVISTA PÁGINA22
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE	REVISTA VEJA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL	RIOVOLUNTÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC	CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CNPIR	SCHAHIN ENGENHARIA LTDA
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS/SUDIM
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO - CONSED	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SAE/PR
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO - SEDEST/DF
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO - CNT	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SEDH
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDONIA - SEDUC
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DA BAHIA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CNDPH	SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL DO DF - SEAS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CONADE	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DO AMAPÁ
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO
CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS - CNS	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ

Continua.



CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E CIDADANIA
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SEPP/PR
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM/PR
COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTAIS DE MARECHAL RONDON - COOPERAGR	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SRI/PR
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES	SECRETARIA GERAL - SG/PR
CORREIO BRASILENSE	SENADO FEDERAL
CIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE
CUNHÁ COLETIVO FEMINISTA	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
DEDINI S.A. INDÚSTRIAS DE BASE	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE BARREIRAS-BA	SERVIÇO SOCIAL DE TRANSPORTE - SEST
DIRETÓRIO ESTADUAL DO PMDB DE MINAS GERAIS	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
DUDALINA S.A.	SETAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E PERFURAÇÕES S.A.
EDITOR ABRIL	SIEMENS DO BRASIL
EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO PARA A IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO - CEAFRO	SINDICATO DA MICRO E PEQUENA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMPI
ELETRONORTE	SINDICATO DOS APOSENTADOS DO BRASIL
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO	SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA	SINDICATO DOS METALÚRGICOS OSASCO E REGIÃO
EMPRESA GRANÓLEO S.A. - ÓLEOS VEGETAIS	SINDICATO DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ALCOOL DA BAHIA
EMPRESAS TREVISAN	SINDICATO DOS PROFESSORES - REGIONAL DE UBERLÂNDIA
ENGEVIX ENGENHARIA LTDA	SINDICATO DOS PROFESSORES DE ENSINO OFICIAL DE SP - APEOESP
ERM BRASIL LTDA	SINDICATO DOS PROFESSORES E AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE TUBARÃO - SIN- PAAET
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF	SINDICATO DOS PROFESSORES EM ESTABELECIMENTO PARTICULARES DE ENSINO DO DF - SINPROEP-DF
ESCOLA DE GENTE-COMUNICAÇÃO EM INCLUSÃO	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO NO AMAPÁ
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA BAHIA
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO - FIOCRUZ	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO
FAK - FACULDADE CYRIOS	SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE FISCALS DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FEBRAFITE	SINDIRECEITA
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - FEBRABAN	SISTEMA Fecomércio
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG	SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA - SBQ
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP	SOCIEDADE INTERNACIONAL DE EQUIDADE EM SAÚDE - ISEQH/RS
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ - FIEPR	SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL - FIERGS	SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SUPROF
FEDERAÇÃO DOS TRAB. NAS IND. QUÍM. E FARM. DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEQUIMFAR	SUZANO HOLDING S/A
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S. A. - TELEBRÁS

Continua.



FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SC - FETAESC	TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO - FEMASEG	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A
FOLHA DE SÃO PAULO	UNIÃO BRASILEIRA DE CEGOS - UBC
FORÇA SINDICAL DA BAHIA	UNAFISCO SINDICAL
FORÇA SINDICAL DE SÃO PAULO	UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE SP - UBES/SP
FORT KNOX	UNIÃO E SOLIDARIEDADE DAS COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOCIAL (UNISOL)
FÓRUM AMAZONENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES - UGT
FÓRUM DA TRANSPARÊNCIA DO CEARÁ	UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - UNNDIME
FÓRUM MINEIRO PARA REFORMA POLÍTICA	UNIESCP
FÓRUM NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	UNIREDE - UNIVIRTUAL PÚBLICA DO BRASIL
FÓRUM PAULISTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
FRANCO CELANO COMUNICAÇÃO	UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS - FNP	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO MARANHÃO - FAPEMA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DE SP - FAPESP	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG
FUNDAÇÃO GAIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO - UERJ
FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TRABALHO - UNITRABALHO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LUSO-AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FUNDAÇÃO PREFEITURA FÁRIA LIMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FUNDAÇÃO SEADE - SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS/SP - UFSCAR
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
GRUPO GERDAU	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
GRUPO MAUBISA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
GRUPO TREZE & PAULISTA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
HYDRO POWER GENERATION LTDA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - IBRE /FGV	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
ICATU HARTFORD	VALOR ECONÔMICO



**Conselho de
Desenvolvimento
Econômico e Social**

Secretária de
Relações Institucionais

